

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos



P – ISSN 2447-7656 E – ISSN 2674-2561 DOI – 10.33726

VOLUME 12 – ANO VII – 2º SEM. DE 2021

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos



Volume 12 – ano VII – 2º sem. 2021

O ACERVO DE PUBLICAÇÕES DA AKEDIA É REGIDO PELA LICENÇA CREATIVE COMMONS – ATRIBUIÇÃO 4.0 INTERNACIONAL



GRUPO de pesquisa SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA
(SIC)

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME

Neste volume 12, evocamos, na Capa e na marca d'água em nossos textos, os precursores de um dos conceitos associáveis ao termo AKEDIA. No presente caso, a palavra *Acédia* (do Francês), retrata uma que ideia "indica a situação da mente oprimida por uma indisposição, cujas nuances incluem desgosto pela vida, tédio, desânimo, preguiça, sonolência, melancolia, náusea, relutância, tristeza, desmotivação.

A acepção de AKEDIA ou Acédia aqui tomada, tem por personagem Santo Antônio. Na imagem, se "faz com que o sol pareça lento para se mover, mesmo imóvel, e o dia pareça durar cinquenta horas. É uma espécie de asfixia ou sufocamento da alma, que condena o homem à infelicidade, ao impeli-lo a desprezar o que possui, a situação (trabalho, emocional, social) em que vive, sonhando com outro, fora de alcance. O sentimento de AKEDIA ou de *Acédia* torna o personagem vítima de vários medos (por exemplo, de doenças mais imaginárias do que reais), ineficaz no trabalho, intolerante e incapaz de apoiar "os outros", impotente para controlar os pensamentos que invadem sua alma e o levam ao desânimo, a uma tal insatisfação consigo mesmo, que ele até se pergunta se não perdeu tudo em sua vida. Daí é que nisso, pode se tornar um verdadeiro estado depressivo (o Catecismo da Igreja Católica o define como "uma forma de depressão devido ao relaxamento do ascetismo, ao declínio da vigilância, à negligência do coração") em que o homem é tentado a reduzir a nada sua vida passada (quebrando o vínculo matrimonial ou abandonando os votos religiosos ou, em qualquer caso, "mudando") ou até mesmo se matando". Sobre a AKEDIA ou Acédia, Isaac de Nínive sugere que ela "faz o gosto do inferno" (*Les mots de la spiritualité*. By Enzo Bianchi: Paris, 2000. Disponível em: <https://monasterodibose.it/fr/priere/lexique-spirituel/404-acedia>).

Já, em sua vertente marxista, milita na seara progressista, democrata, no espectro político localizado mais à esquerda, posto que seus postulados se difundem, por meio de uma narrativa que cria uma câmara de eco de vitimismo nas pessoas. Isto é, fala ao seu público diretamente naquilo que as confirma em suas carências sociais, em seus deságios culturais, nas suas fraquezas emocionais, prometendo supri-las com a criação de legislação favorável, com a concessão de benemerências, paternalismos que, em última análise, acabam por constituir um enorme contingente de audiência passiva e de fácil condução. Nisso, os protagonistas do discurso fabianista se afastaram do liberalismo e deram norte à esquerda contemporânea.

Em suma, desta história surgiram duas opções fabianas que ainda digladiam. Uma, acena para o liberalismo social e econômico, a outra, mais dominante, insiste na pregação da salvação estatal para uma plateia de convertidos dependentes, o que, neste segundo caso, ganha muita adesão popular e pavimenta o caminho da dominação.

MPEDUCACIONAL

AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E
OUTROS MUNDOS

VOLUME 12 – ANO VII – 2º SEM.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO
CONHECIEMENTO
ESTUDOS FILOSÓFICOS INTERSEMIÓTICOS

RIO PRETO – SP / FRUTAL – MG
2021

Conselho Editorial & Consultivo / Members of the Council

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha (USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP). Instituto de Biociências – Depto. de Zoologia, Cidade Universitária

Dr. Fábio Akcelrud Durão (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP. Depto. Teoria Literária, Cidade Universitária Zeferino Vaz)

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL – Universidade Aberta – Lisboa, Portugal)

Dra. Susanna Busato (UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Preto – SP)

Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal – MG)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal – MG)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica – MG)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal – MG)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal)

Dr. Massimo Di Felice (USP – Universidade do Estado de São Paulo; ECA – Escola de Comunicação e Artes – Cidade Universitária – SP)

Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças – MG)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG – Instituto Federal de Goiás, Formosa – GO)

Pareceristas Permanentes / Permanent Reviewers

Dr. Ricardo Cambraia Parreira (UFGO, Campus II)

Dra. Aida Franco de Lima (UNEMAT)

Dra. Olena Kovalek (AFA – Academia da Força Aérea)

Dr. Eder Ângelo Milani (UFGO, Campus Samambaia)

Dra. Daniela Soares Portela (Anglo – Sistema de Ensino)

Dr. Frederico Thales de Araújo Martos (UEMG, Frutal)

Dr. Isaar Soares de Carvalho (UEMG, Frutal)

Dr. Levi Henrique Merenciano (UEMG, Frutal)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Wisley Moreira Farias (UEMG, Frutal)

Equipe de Revisão Final de Normas e de Linguagem / Final Standards Team

Dr. Marcelo Pessoa, Boss Editor, BRAZIL
Ariane Moraes – Depto. de Marketing, BRAZIL
Paulo Lara Galvão Filho – Consultor Relações Internacionais, EUA
Yago Patranis – Assistente Editorial, INDIA
Paulo Henrique Pedro – Informata, BRAZIL

Revisão de Diagramação e Arte / Review of Diagramming and Art
Dr. Marcelo Pessoa, BRAZIL

Editor-Chefe / Boss Editor
Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Créditos de Capa

- Ilustrativa: *Words of Spirituality*, by ENZO BIANCHI Disponível em:
<https://www.monasterodibose.it/en/prayer/spiritual-lexicon/405-akedia>

(Acesso em 30/06/2021, às 20h28min).

- Imagem de Fundo: *Words of Spirituality*, by ENZO BIANCHI. Disponível em:
<https://www.monasterodibose.it/en/prayer/spiritual-lexicon/405-akedia> (Acesso em 30/06/2021, às 20h28min).

Impressão por demanda do volume 12 / On-demand printing vol. 12
MPEducacional & AKEDIA Books

Periódico Nacional Indexado por / National Journal Indexed by
Ulrich's – Proquest International Indexer Journal
Google Scholar
Diadorim/IBICT
Latindex
Orcid Connecting Research and Researchers
Researcher Id
Claryvate Analytics
Crossref Foundation

Periódico Licenciado e também Indexado por / Licensed Journal
Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Editor Corporativo / Corporate Editor
Revista AKEDIA – MPEducacional & Grupo SIC – UEMG / CNPq

P475p Pessoa, Marcelo
Produção e Difusão do Conhecimento. Estudos Filosóficos Intersemióticos e suas linguagens. / Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, dezembro, 2021.
94 p. f.: il., (vol. 12, ano VII, 2º semestre, 2021).

p - ISSN 2447-7656 e – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade I. Pessoa, Marcelo.
II. UEMG / CNPq. III. Título.

CDU 008

EDITORIAL PARA O VOLUME 12

VISÃO INTERDISCIPLINAR

É com grande satisfação que, neste mês de dezembro de 2021, divulgamos o volume 12 da “Revista AKEDIA: Versões, Negligências e Outros Mundos”.

Concebida originalmente, na segunda metade do ano de 2015, para que fosse uma publicação impressa, esta mídia científica, alinhada às demandas técnicas de seu tempo, rapidamente passou a integrar repositórios digitais como o do *site* da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, sendo logo, em 2016, embarcada no seu próprio sítio, via plataforma “wix.com” e, a partir daí, com domínio próprio.

Nesta condição, fez-se eletronicamente *open access* ao leitor e, quando em modal impresso, somente sob demanda, atende a questões ecológicas evitando acúmulo de papel e desperdício de recursos.

Cumprindo quesito CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) de periodicidade semestral, a AKEDIA divulga chamadas de publicação em regime de fluxo contínuo.

O perfil editorial da Revista AKEDIA é gerenciado por seu Editor-Chefe, que também é líder do Grupo de Pesquisas Sociedade, Imagens e Cultura (SIC) e CEO da MPEDUCACIONAL, entidade que gerencia produtos como a Revista AKEDIA, o Canal YOUTUBE da Revista AKEDIA, e o Blog FALA SÉRIO! – FACEBOOK, e demais mídias sociais de divulgação da informação.

A composição do Conselho Editorial & Consultivo do periódico, conta com a participação de pesquisadores de instituições brasileiras e de outros países, os quais atuam, sempre que solicitados, como consultores *ad hoc*, dirimindo questões as quais, sem seu *know how* a solução não se daria a contento.

Centrada nas preocupações associadas às Ciências Humanas e Sociais, esta Revista, bem como as demais publicações científicas e ficcionais do Grupo AKEDIA & MPEDUCACIONAL, apesar de tal premissa, não se atém obrigatoriamente à espécie conceitual que se evoca para esta ou aquela área do conhecimento.

Simultaneamente, nossas publicações não se propõem interdisciplinares, visto que seria paradoxal, isto é, soaria “disciplinar”, romper com uma tradição e aderir a outra:

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar. Desde sua criação em 1999, a Área Interdisciplinar vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. [...] Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias regiões do território nacional (CAPES, doc. de área 2016, p. 02. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyYfGF2YWxpYWVhby1xdWFkcmllbmFsfGd4OjFjNGI5Y2YwNGZmZjNjMDI>, acesso em 04/07/2019).

É fato, por isso, que as publicações ditas, assim, tipicamente akedianas, são controversas, uma vez que orienta nosso *corpus* editorial o desejo de reunir e propalar textos que tratem dos aspectos contraditórios humanos, sociais e culturais que constituam nossa civilização, acenando para um território de reflexões e de fronteiras visíveis e invisíveis, à luz do rigor científico *stricto sensu*, porém, sempre móveis e ajustáveis per se.

Nesta cesta de letras e pensamentos, portanto, cabe toda ponderação que se conceba no mundo, por meio de diálogos recíprocos entre o orgânico e o inorgânico, entre o político e o cultural, entre o microscópico e o macroscópico, entre o econômico e o social, entre o tátil e o invisível, pois, em suma:

A natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e saberes não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado. Daí, a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção do conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia (CAPES, doc. de área 2009. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter03ago10.pdf>, acesso em 06/05/2015).

Finalmente, vale dizer que, neste espaço de divulgação científica, se publicam textos de membros e não membros do Grupo SIC.

Desse modo, a produção docente, a publicação discente e dos servidores públicos, ou mesmo da iniciativa privada, indicadas por integrantes de nosso conselho editorial nos são objetos preferenciais, desde que frutos de pesquisa básica ou aplicada, em estágio intermediário, medial ou avançado, devidamente orientadas, e que se conectem com o eixo qualitativo expressivo de nosso conselho editorial & consultivo e também respeitem os ditames aludidos pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

Marcelo Pessoa

(Editor-Chefe AKEDIA Journal & AKEDIA Books)

PREFÁCIO PARA O VOLUME 12

Neste volume 12 da Revista AKEDIA: Versões, Negligências e Outros Mundos, seguem-se, ainda, a mesma motivação essencial do primeiro número, editado em 2015.

Naquele momento *arkhe* (do grego, principiador), o mote foi o de atender a uma demanda específica, que era o de dar vazão à produção científica de um grupo de alunos de pós-graduação da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal), que cursaram a pós-graduação *lato sensu*, intitulada “Especialização em Gestão Pública”, formação oferecida pela unidade uemguiana da FAPP – Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, com sede em Belo Horizonte – MG.

Isto posto, vemos, no volume 12, neste segundo semestre de 2021, que os autores e autoras que publicamos já não são apenas os da pós-graduação, mas, também, docentes, alunos de graduação, oriundos de outros centros de excelência do ensino.

Igualmente, nota-se que a inserção de membros consultores renomados passou a integrar fortemente a rotina avaliativa feita por pares na AKEDIA.

Isto aconteceu, devido à generosidade dos autores e autoras que, ao longo do tempo, entenderam a importância de enriquecer com suas colaborações jovens propostas como a nossa e, ao nos procurarem, manifestaram o desejo de compor frases e pensamentos nestas páginas, singelamente denominadas de “akedianas”.

Resumidamente, este espaço de escrita acadêmica vem sendo, desde então, consolidado no terreno da exposição do brocardo científico que dá voz à pesquisa básica e aplicada, em face do que se reconhece como necessidade para a construção de uma tradição de ensino, de pesquisa, de gestão e de extensão que se pretenda duradoura.

PESSOA, Marcelo –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

SUMÁRIO

ARTIGOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. Cabe à Equipe Editorial da Revista AKEDIA, apenas a REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO, REVISÕES de NORMAS DA ABNT / LINGUÍSTICA E POSTAGEM NO SITE)

EDITORIAL PARA O VOLUME 12.....	06
PREFÁCIO PARA O VOLUME 12	08
1. WERTHEIN, Jorge R. – ASPECTOS ÉTICOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A MARCA DA UNESCO NO DEBATE GLOBAL	17
2. HIGGS, Robert. & PESSOA, Marcelo – A ASCENSÃO DO OCIDENTE REPRESENTOU A ASCENSÃO DA LIBERDADE E DA OPULÊNCIA	26
3. CARVALHO, Isaar Soares de – A EDUCAÇÃO, AS NOVAS TECNOLOGIAS E O TRABALHO NA CIBERCULTURA	42
4. BALDWIN, Simeon Eben – AMERICAN BUSINESS CORPORATIONS ANTES DE 1786	63
5. PESSOA, Marcelo – FALA SÉRIO! – QUE IDEOLOGIA É ESTA? – FAVORÁVEL ÀS MULHERES É QUE NÃO PARECE SER	89
6. PESSOA, Marcelo – FALA SÉRIO! – NON OMNE QUOD NITET AURUM EST	92

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos

SEÇÕES ESPECIAIS
(As seções especiais são de responsabilidade
de seus editores)

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos

SEÇÃO DE RESUMOS e resumos expandidos

Editor de Seção:
Prof. Dr. Josney Freitas Silva

01. VIEIRA, Álvaro de Souza & PESSOA, Marcelo – **A SEGURANÇA PÚBLICA
COMO UM PROBLEMA SOCIOCULTURAL** R – P. 01-04

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos

SEÇÃO DE PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

NESTE VOLUME, EXCEPCIONALMENTE, OS TEXTOS DESTA SEÇÃO FORAM ALOCADOS NA SEQUÊNCIA NUMÉRICA DOS ARTIGOS

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos

ARTIGOS COMPLETOS

Editores Responsáveis por esta Seção

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha
(USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP)

Dr. Fábio Akcelrud Durão
(UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP)

Dra. Susanna Busato
(UNESP – Universidade Estadual Paulista, IBILCE – Rio Preto – SP)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Artigo Completo”. As pesquisas apresentadas são resultados, em sua maioria, de atividades de pesquisa autoral ou de investigação orientada, trazidas a esta editoria científica como contribuição ao volume 12 de nosso periódico.

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos

RESUMOS E RESUMOS EXPANDIDOS

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Josney Freitas Silva
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Resumo”. As pesquisas apresentadas são resultantes, em sua maioria, de uma atividade de investigação orientada. Há, ainda, outras produções que a este grupo principal se integraram, pois exprimem resultados parciais, intermediários ou finais oriundos das mais diversas fontes: trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, de iniciação científica ou de extensão, além de pesquisa docente.

· JOURNAL ·
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos

PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Levi Henrique Merenciano
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, temos os textos que se regem pela tipologia textual do gênero “Produção Textual Livre”. As escritas apresentadas são resultantes de atividade intelectual sem vínculos com o fazer *stricto sensu* da Ciência, porém, com total aderência às prerrogativas do pensamento humano em seu caráter mais universal. Neste sentido, poemas, ensaios, contos, crônicas, relatos de experiência foram aceitos, visto que aqui, também damos plena liberdade de expressão como elemento integrador social, prescindindo-se, em certos casos, da rigidez da norma culta da língua ou das normas da ABNT, em prol da vazão artística e da licença poética.

ASPECTOS ÉTICOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A MARCA DA UNESCO NO DEBATE GLOBAL¹

English Title: ETHICAL ASPECTS OF THE INFORMATION SOCIETY: THE UNESCO BRAND IN THE GLOBAL DEBATE

doi> [10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p17-25](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p17-25)

Werthein, Jorge R.²

RESUMO: Este texto trata de apresentar o O Observatório da Sociedade da Informação – OSI –, ferramenta educativa-comunicacional desenvolvida pela UNESCO. Neste sentido, o objetivo central, reside em conectar as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação e a devida construção das identidades socioculturais. Como resultados intermediários, destacamos o fato de que o OSI ainda precisa de aprimoramentos, e que o seu uso, em breve, será indispensável. A fundamentação técnica da proposta repousa em referencial bibliográfico de produção própria e com coautores. A metodologia aplicada foi a de investigação e de revisão de literatura em repositórios físicos e digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias da Comunicação, UNESCO, OSI

ABSTRACT: This text presents the Information Society Observatory – OSI –, an educational-communication tool developed by UNESCO. In this sense, the main objective lies in connecting the possibilities offered by new communication technologies and the proper construction of sociocultural identities. As intermediate results, we highlight the fact that OSI still needs improvement, and that its use will soon be indispensable. The technical foundation of the proposal rests on a bibliographic reference of its own production and with co-authors. The methodology applied was research and literature review in physical and digital repositories.

KEYWORDS: Communication Technologies, UNESCO, OSI

¹ Texto publicado originalmente pela UNESCO, em 2003 (ver WERTHEIN, 2003).

² Em 2003, este autor atuava como Representante da UNESCO no Brasil. Atualmente, Jorge Ricardo Werthein (com Doutorado em Educação pela Universidade de Stanford), é vice-presidente – SANGARI DO BRASIL e Presidente da SANGARI na Argentina. Tem experiência na área de Educação e Comunicação, (texto adaptado do site escavador.com: <https://www.escavador.com/sobre/392823/jorge-ricardo-werthein>).

INTRODUÇÃO

O livre trânsito de informação e conhecimento é um dos componentes que permitem tornar efetivo o mandato da UNESCO (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de contribuir para a paz no mundo, por meio da colaboração entre as nações.

A UNESCO incentiva as inúmeras aplicações das novas tecnologias de informação e comunicação, apoiando sistematicamente as políticas públicas voltadas para essa área, ao mesmo tempo em que estimula uma posição crítica e construtiva com relação à contribuição dessas novas tecnologias para o desenvolvimento.

Para a UNESCO, a euforia provocada pela alvorada da Sociedade da Informação não deve impedir o reconhecimento de que a direção e o ritmo da mudança têm sido objeto de preocupação, tanto entre aqueles sobre quem recaem os resultados mais imediatos dessa mudança quanto entre os estudiosos desse novo fenômeno.

Apesar do entusiasmo com esses avanços, não são poucos os setores da sociedade que observam com atenção a evolução histórica do novo paradigma da informação e tornam explícitas, em cada etapa desse desenvolvimento, suas preocupações com as implicações sociais das novas tecnologias.

Não se podem ignorar os desafios éticos que a atual onda de desenvolvimento tecnológico suscita, e a UNESCO entende como parte de seu mandato, garantir que essas preocupações não sejam excluídas do debate. Os desafios da sociedade da informação são inúmeros. Há desafios de caráter técnico e de natureza econômica, assim como desafios culturais, legais e os de natureza psicológica e filosófica.

Alguns observadores chegam a formular os desafios éticos da sociedade da informação como uma busca por formas de enfrentar uma múltipla perda: perda de qualificação associada à automação e ao desemprego; de comunicação interpessoal e grupal, transformada pelas novas tecnologias ou mesmo destruída por elas; de privacidade, pela invasão de nosso espaço individual e efeitos da violência visual e poluição acústica; de controle sobre a vida pessoal e o mundo circundante; e do sentido da identidade, associado à profunda intimidação pela crescente complexidade tecnológica.

Já, outros, se dedicam a examinar estratégias de resistência para, como um novo “luddismo” (ou Ludismo [do ingl., *ludism*, foi um movimento que, contrário à industrialização e à mecanização do trabalho, teve sua origem na Inglaterra, no início do século XIX, e acreditava ser a tecnologia a razão do desemprego e da miséria]).

Assim, sob esse ponto de vista, parece lógico lutar contra os aspectos perniciosos da tecnologia virtual, acusada de disseminar na sociedade a utilização de um simulacro de relacionamento como substituto de interações face a face, e contra a alegada usurpação pelo capital do direito de definir a espécie de automação desejada, escolha que tem conduzido a um processo que desqualifica trabalhadores, amplia o controle gerencial sobre o trabalho, intensifica as atividades e corrói a solidariedade.

Algumas das preocupações acima têm sido transformadas com o avanço do novo paradigma, incluindo as ações dos movimentos sociais em reação às implicações consideradas socialmente inaceitáveis. Uma dessas implicações se refere ao desemprego provocado pelo avanço tecnológico.

DISCUSSÕES

O chamado desemprego tecnológico e a desqualificação do trabalho, por exemplo, tendem a serem compensados pela reestruturação sistêmica do emprego e re-qualificação dos trabalhadores, mas, nem sempre, essas compensações ocorrem com a velocidade necessária.

Em alguns outros casos, como a perda da privacidade, a sociedade tem-se mobilizado para promover o “comportamento normal responsável” inclusive por meio de legislação adequada para proteger os direitos do cidadão na era digital. A perda do sentimento de controle sobre a própria vida e a perda da identidade são temas que continuam preocupantes e que estão ainda por merecer estratégias eficientes de intervenção (WERTHEIN, 2002).

Talvez a questão ética central do novo paradigma seja a que diz respeito ao aprofundamento de desigualdades sociais, desta vez, sobre o eixo do acesso à informação. O ritmo do avanço tecnológico no alvorecer do novo paradigma tem sido, sob qualquer ótica, extraordinário. O ritmo de expansão da Internet no mundo levou apenas um terço do tempo que precisou o rádio para atingir uma audiência de 50 milhões de pessoas (WERTHEIN, 1979).

A redução dos preços dos computadores por volume de capacidade de processamento facilitou grandemente essa difusão, mas outros fatores além dessa redução de preços continuam a agir, impedindo a superação da relação entre nível de renda e acesso às novas tecnologias. Abrangendo uma população algumas vezes maior que a dos países desenvolvidos, os baixos níveis de renda per capita nos países em desenvolvimento refletem-se em alta taxa de analfabetismo

jovem e adulto, baixo acesso à educação formal avançada e à tecnologia da informação tanto convencional quanto moderna (WERTHEIN *et al*, 1985).

Nesse contexto, o papel das tecnologias de informação na construção de uma “sociedade do conhecimento” inovadora poderá ser muito relevante e contribuir para o desenvolvimento sustentado, mas será acompanhado de muitos riscos. Nesses países, em especial os de nível médio de renda, as novas tecnologias e seu uso requerem investimentos na elevação das capacidades tecnológicas locais e no desenvolvimento das instituições políticas, culturais, econômicas e sociais.

O avanço do novo paradigma dependerá de como serão resolvidas as tensões entre as culturas e modos de organização social existentes e aquelas que começam a se tornar dominantes. As sociedades desses países terão de adaptar suas estruturas institucionais para tratar questões importantes como a proteção da propriedade intelectual. Terão também de examinar a conveniência de estabelecer um equilíbrio entre suas metas de exportação de produtos e serviços de maior conteúdo tecnológico e a criação de oportunidades para ampliar a adoção local das novas tecnologias (WERTHEIN, 2002).

Para muitos analistas, não se pode esperar que estratégias que objetivem acelerar a difusão do novo paradigma erradiquem a pobreza, em curto prazo, e há riscos de que as novas políticas e investimentos nas aplicações das tecnologias de informação introduzam novas forças de exclusão. Tais riscos decorrem de decisões sobre investimentos em alta tecnologia em situação de escassez de recursos, beneficiando camadas mais favorecidas e agudizando desequilíbrios sociais, o que favorece a emergência de uma nova dimensão de desigualdade, o chamado “hiato digital”.

Na sociedade globalizada em que avança o novo paradigma, novas forças de exclusão emergem tanto em nível local quanto global e requerem esforços em ambos os níveis no sentido de superá-las. Ações fundamentais nessa direção são as que promovem o acesso universal tanto à infraestrutura quanto aos serviços de informação a preços acessíveis.

A conexão internacional dos países em desenvolvimento está extremamente concentrada em poucos pontos de acesso. Novas parcerias e políticas de cooperação internacional deverão ser elaboradas para estimular o desenvolvimento e fortalecimento de redes intra-regionais. A instalação de *backbones* (ao pé da letra, significa “espinha dorsal e, nesta acepção, interliga uma série de servidores que estão distantes, tal como o referido órgão do corpo, conectando diversas partes que não estão próximas) regionais de alta capacidade, por exemplo, permitiria ligar cada país a uma rede global de múltipla conexão em que ninguém dominaria a conectividade.

O acesso universal ao conteúdo e a fontes de conhecimento aponta para a necessidade de resolver vários outros desafios. Um dos mais relevantes é o reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual. Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, uma delicada negociação deveria assegurar que as novas tecnologias não serão elas mesmas utilizadas para impedir o “uso justo” dos recursos disponíveis na Internet.

A essa negociação dever-se-iam acrescentar ações visando difundir de forma eficiente o princípio de respeito aos direitos de propriedade intelectual, inclusive na Internet. Outra questão é a de elevar o volume de informação de qualidade e de domínio público disponível na Internet no(s) idioma(s) de expressão da população de cada sociedade. Isso envolverá convencer o governo e centros produtores de

conhecimento financiados por recursos públicos a tornar disponíveis ao público as informações produzidas.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática implicam também riscos e desafios. Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção a educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses são alguns dos desafios que nem sempre são levados em consideração na euforia que acompanha o desenvolvimento da Sociedade da Informação. É para acompanhar esse desenvolvimento e estimular a reflexão crítica sobre eles que a UNESCO mantém um portal, o “UNESCO Observatory of the Information Society”, por meio do qual dissemina informação nos idiomas inglês e francês.

Em conformidade com seu compromisso de promover a diversidade cultural e linguística na Internet, a UNESCO fomenta a elaboração de versões do *Observatory* em vários idiomas, estando já em operação versões em russo e para os países asiáticos.

À Representação da UNESCO no Brasil foi solicitada a tarefa de elaborar, hospedar e manter a versão do Observatório para países de

língua portuguesa. O Observatório da Sociedade da Informação – OSI – é um sítio “web” dinâmico, desenvolvido com tecnologia de fonte aberta.

Sua elaboração representou uma oportunidade de trabalho integrado na Representação da UNESCO no Brasil, envolvendo a Coordenação de Comunicação e Informação, a Gerência de Informática, o Centro de Documentação e o setor de Planejamento Visual. O processo de desenvolvimento do OSI foi realizado no período de março a julho de 2003 e envolveu a participação direta de seis profissionais, sendo que para cinco deles essa atividade foi realizada junto com os demais compromissos na Representação.

A versão-teste do OSI foi submetida à análise de um grupo de profissionais atuantes em várias áreas do conhecimento convidados a enviar comentários e sugestões à equipe responsável pelo desenvolvimento. Agradecemos aos seguintes profissionais por seus comentários e sugestões: Adauto Soares, Andrew Radolf, David Moisés, Elza Maria Ferraz Barbosa, Helenise Ribeiro Caldeira Brant, Helio Kuramoto, Jaime Tacher y Samarrel, Lilian Maria Araújo de Rezende, Marlova Noletto, Maximo Migliari, Nelson Simões, Oscar Maeso Varela, Paula Costa, Paulo Henrique Lima, Ricardo Medeiros Coelho e Souza, Thereza Lobo.

É desnecessário dizer que nenhum deles tem responsabilidade pelas imperfeições que ainda persistirem no OSI. A equipe de desenvolvimento na Representação da UNESCO em Brasília continuará envidando todos os esforços no aperfeiçoamento do OSI com a finalidade de oferecer sempre a melhor, mais completa e representativa informação sobre as ações voltadas para a Sociedade da Informação nos países de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

WERTHEIN, J. R. (Org.). Meios de Comunicação: realidade e Mito. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. v. 1.

WERTHEIN, J. R.; CASTILLO, A.; LATAPI, P.; Kaplun, M (Orgs.). *Educación de Adultos en América Latina*. Buenos Aires: 1985. v. 1.

WERTHEIN, J. R. & Argumedo M. *Educación y Participación*. Brasília – DF: Grafica e Editora FCA, 1986. v. 1.

WERTHEIN, J. R. *Construção e Identidade – As ideias da UNESCO no Brasil*. Brasília – DF: UNESCO Brasil, 2002. v. 1.

WERTHEIN, J. R. *Crenças e Esperanças – Os avanços e Desafios da UNESCO no Brasil*. Brasília – DF: UNESCO Brasil, 2003. v. 1.

WERTHEIN, Jorge Ricardo. *Aspectos Éticos da Sociedade da Informação: a marca da UNESCO no debate global*. Artigo publicado, em 03 de setembro de 2003, no Observatório da Sociedade da Informação, de responsabilidade do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000248.pdf>. Acesso em: 05/07/2021, às 17h18min.

A ASCENSÃO DO OCIDENTE REPRESENTOU A ASCENSÃO DA LIBERDADE E DA OPULÊNCIA¹

English Title: THE RISE OF THE WEST REPRESENTED THE RISE OF FREEDOM AND OPULENCE

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p26-41](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p26-41)

HIGGS, Robert²

PESSOA, Marcelo³ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A saída dos EUA do Afeganistão, em 2021, ao mesmo tempo em que assombrou o mundo, reaqueceu a memória das diferenças historicamente experienciadas entre o Oriente e o Ocidente. Fora do lugar comum que a Pandemia de COVID-19 faz focalizar na China o protagonismo sanitário, bélico, político e econômico de rupturas geopolíticas, o restante da Ásia, para a maior parte dos ocidentais, soa como território propenso ao exotismo, ao arcaísmo e, em certa medida, ao terrorismo internacional. Exceção feita à Índia quanto às tensões, é de boa parte deste Oriente Médio, Próximo e Distante que muitos dos abalos financeiros surgem. Num contexto em que a recuperação econômica global assume papel de relevância no pós-COVID-19, ler, entender e comentar os textos de Mr. Higgs não contempla apenas um objetivo editorial, mas, sobretudo, diante das temáticas do seletor *corpus*, traz em si justificativa sociocultural e, sem dúvida, redundante em inequívoco mérito científico (**N. do E.**).

PALAVRAS-CHAVE: Oriente e Ocidente, COVID-19, Nota do Editor

ABSTRACT: The US exit from Afghanistan in 2021, at the same time as it haunted the world, rekindled the memory of the historically experienced differences between East and West. Out of the commonplace that the COVID-19 Pandemic makes China focus on the sanitary, military, political and economic protagonism of geopolitical ruptures, the rest of Asia, for most Westerners, sounds like a territory prone to exoticism, archaism and, to some extent, to international terrorism. With the exception of India in terms of tensions, it is from much of this Middle, Near and Far East that many of the financial turmoil arise. Therefore, in a context in which the global economic recovery assumes a relevant role in the post-COVID-19 period, reading, understanding and commenting on Mr. Higgs' texts does not only contemplate an editorial objective, but, above all, given the themes of the select corpus, it brings with it sociocultural justification and, without a doubt, results in unmistakable scientific merit (**N. do E.**).

KEYWORDS: East and West, COVID-19, Editor's Note

¹ Texto publicado pelo Instituto Mises Brasil, em 16/08/2021. A equipe do AKEDIA Journal realizou a captação digital, revisões linguísticas e conferiu tratamento textual do original para o formato Artigo Científico Completo. Os comentários do Editor-Chefe da AKEDIA Journal, se fizeram necessários para o ajuste do texto de partida ao novo formato. Neste sentido, impusemos algumas “Notas do Editor” (**N. do E.**), nas quais buscamos, num rol de escritos do próprio Mr. Higgs, vieses de cotejamento que propusessem diálogos entre o título mais recente com o seu lastro de pensamento (Matriz disponível em: https://mises.org.br/article/2836/a-ascensao-do-ocidente-representou-a-ascensao-da-liberdade-e-da-opulencia-?utm_campaign=carta_semanal_1808&utm_medium=email&utm_source=RD+Station).

² Robert Higgs, com 77 anos em 2021, é um economista e historiador da economia estadunidense, que combina os *insights* da Escola Austríaca de Economia, do Liberalismo Clássico, do Libertarismo em teoria política e legal e políticas públicas. Fundador do “The Independent Review: A Journal of Political Economy” (https://www.independent.org/aboutus/person_detail.asp?id=489), é PhD pela Johns Hopkins University (**N. do E.**).

³ Editor-Chefe / AKEDIA Journal – assume a co-autoria, por meio das **N. do E.** inscritas nesta reedição.

INTRODUÇÃO – As causas desta façanha e a retração da China

Ao longo de praticamente todo o período da história humana, privações materiais e insegurança crônica sempre foram a norma. A pobreza, e não a fartura, era o lugar o comum. Nem mesmo aquelas pessoas que estavam no topo da pirâmide social e do poder político podiam usufruir todos estes confortos básicos (como alimentação, habitação e vestuário) e prazeres consumistas que os "pobres" do mundo ocidental atual veem como naturais e corriqueiros.

Nesta primeira **N. do E.** imposta à Introdução, recuperamos de Mr. Higgs, um fragmento em que se tecem ponderações sobre a questão ideológica, a qual tende a normatizar certos contextos socioculturais. Como a constante ideológica é uma premissa basilar civilizatória e, em certos casos, determinantes do ritmo e da qualidade de vida das pessoas, quer tenha sido na Pré História, quer seja na Pré Pandemia, durante e no Pós-COVID-19, vale lembrar, que:

Em toda e qualquer situação, em qualquer época e em qualquer lugar do mundo, o que dominará o pensamento das pessoas, bem como a ação que elas exigirão de suas autoridades, é a ideologia dominante. A ideologia dominante possui o indelével poder de moldar a maneira como as pessoas interpretam o que está ocorrendo no campo social, por que isso está ocorrendo, e o que deve ser feito a respeito. A ideologia exerce seu poder em grande parte por meio daquilo que podemos chamar de poder da predisposição, isto é, o poder que ela possui de gerar conclusões padrões e predeterminadas, as quais, quando examinadas mais detidamente, nada mais são do que meros saltos de fé (HIGGS, 17/10/2013: **N. do E.**).

Portanto, é de se assegurar, que um viés ideológico, digamos, hostil, tal como visto em suas variáveis orientais mais ácidas, tenha, de fato, sido responsável por instituir, manter e perpetuar estratos sociais obscurecidos pela miséria, pela ignorância e posturas radicais, uma vez

que a ideologia radical gera um tipo de submissão a uma conjuntura mandatária: este é o “poder que ela possui de gerar conclusões padrões e predeterminadas”, segundo salienta Higgs (17/10/2013: **N. do E.**).

Em determinadas épocas, certas populações sobressaíam-se e usufruíam uma qualidade de vida superior — como talvez na Grécia antiga e em Roma, e na China durante a Dinastia Sung (960—1279) —, mas tais casos representavam a exceção.

No final do século XIV, os chineses provavelmente eram o povo que usufruía o mais alto nível de vida dentre todas as grandes populações do mundo. A admiração com que os europeus receberam os relatos de Marco Polo sobre a China, no final do século XIII — ainda que, como o próprio Polo houvesse declarado em seu leito de morte, ele não descrevera nem metade do que teria visto na China — é uma das provas desta superioridade chinesa.

Ao fim da Idade Média (a partir do Século XVI: **N. do E.**), os europeus começaram a apresentar um progresso econômico mais acelerado, ao passo que os chineses entraram em um processo de estagnação econômica. Ainda mais notável foi a alteração ocorrida na energia econômica da Europa, que começou a se distanciar dos grandes centros comerciais do norte da Itália e se moveu em direção à periferia da civilização, no noroeste da Europa (sobre itens de evolução e de atraso socioeconômico, consultar em nossas Referências, também: HIGGS, 24/07/2017: **N. do E.**).

Os bárbaros, aparentemente, haviam, de alguma forma, descoberto o segredo do progresso econômico. Como **N. do E.**, vale dizer que o designativo “Bárbaro” foi a denominação romana dada àqueles que viviam além das fronteiras do Império e que não falavam o Latim. Dentre os principais grupos tidos como “Bárbaros”, temos os: Germanos: de origem indo-europeia, compreendo povos como os “Vigidos”, os “Ostrogodos”, os “Vândalos”, os “Bretões”, os “Saxões”, os

“Francos” etc. Havia, também, os Eslavos: provenientes da Europa Oriental e da Ásia, dentre os quais figuravam os “Russos”, os “Tchecos”, os “Poloneses”, os “Sérvios”, e outros. O último grande grupo Bárbaro, são os Tártaro-mongóis: origem asiática, formado basicamente pelas tribos dos “Hunos”, dos “Turcos”, dos “Búlgaros” e além destes.

Ainda em regime de **N. do E.**, tomamos a liberdade de indagar o texto de Higgs que, neste ponto, deixa em suspensão a ideia sobre qual formato teria a Europa lançado mão para avançar economicamente face aos outros povos. Mais adiante neste *paper*, Mr. Higgs aporá algumas hipóteses – o que não traz impeditivo em apresentarmos a nossa. Assim, trouxemos como complemento de seu pensamento, a escravidão humana como um fato que, se não foi omitido originalmente por Higgs, no presente escrito, deve ter sido, no mínimo, alvo de suas reflexões:

Todas as sociedades da terra utilizam a escravidão. O corolário não-explicito é que todas as sociedades devem recorrer ao trabalho escravo. A difusão generalizada de uma instituição parece, a muitas pessoas, constituir uma prova convincente e irrefutável de sua necessidade. Talvez, como defende uma das variáveis dessa corrente, toda sociedade utiliza o trabalho escravo porque certos tipos de trabalho são tão difíceis ou tão degradantes, que nenhuma pessoa livre irá se dispor a fazê-lo — e, portanto, a menos que haja escravos para realizar esses trabalhos, eles não serão realizados. Como dizia o ditado do sul dos EUA, alguém tinha de se sujar de lama, e as pessoas livres não iriam tolerar exercer essa função (HIGGS, 10/05/2010: **N. do E.**).

Para este Editor e comentarista sociocultural, à luz do que o próprio Higgs argumenta, a escravidão parece ter desempenhado um papel fundamental no fortalecimento econômico, político e cultural dos processos civilizatórios antigos e não apenas nos da Europa Pós Medieval. Esse dado é de relevância tal que, é de se supor que a mão-de-obra escrava não só pode ter contribuído para que o Velho Continente enriquecesse e deixasse parte da Ásia milenar para trás, como também

tenha alavancado os projetos coloniais europeus nos continentes americano e africano (HIGGS, 10/05/2010: **N. do E.**).

Dali em diante, apesar de alguns reveses e contratemplos, os europeus ocidentais — e, mais tarde, seus primos coloniais na América do Norte — conseguiram progredir de modo contínuo e se distanciar economicamente do resto da humanidade. No século XVIII eles já estavam muito à frente dos chineses, para não mencionar em relação aos povos mais atrasados do mundo.

E, até o presente, essa disparidade de riqueza continua extremamente significativa.

DISCUSSÕES – O que houve?

Como foi que o Ocidente teve êxito em gerar esse progresso econômico contínuo?

Historiadores e cientistas sociais já ofereceram várias hipóteses; porém, até o momento, nenhuma explicação única conseguiu ganhar aceitação geral. Ainda assim, certos elementos de uma determinada resposta conseguiram obter um amplo consentimento.

Deirde McCloskey afirma que houve uma mudança radical na mentalidade das pessoas. Houve uma modificação na atitude delas em relação ao empreendedorismo, ao sucesso empresarial e à riqueza em geral. O crescente individualismo da cultura ocidental, arraigado na Doutrina Cristã, também parece ter contribuído significativamente (LAL, 1998).

Adicionalmente, a fragmentação política dos povos europeus durante a Baixa Idade Média (momento situado entre os entre os Séculos XI e XIII: **N. do E.**) e o início do período moderno — um pluralismo político com centenas de jurisdições distintas — estimulou um processo

de experimentação institucional e tecnológica por meio do qual empreendedores puderam descobrir como tornar a mão-de-obra e o capital mais produtivo.

Fundamental a este dinamismo sustentado foi a importância crescentemente dada aos direitos de propriedade privada. Se as pessoas não confiam que haverá uma razoável chance de colherem os frutos de seus próprios esforços e investimentos, elas terão pouco ou nenhum incentivo para trabalhar duro e acumular capital físico, humano e intelectual. E, sem tal acumulação, é impossível haver um progresso econômico contínuo.

No entanto, estes direitos de propriedade, que se tornaram mais seguros e confiáveis, não simplesmente caíram do céu. Na maioria das vezes, os comerciantes adquiriram a proteção de tais direitos, por meio de pagamento de propinas aos barões medievais (nobres déspotas que extorquiam tributos) e aos aspirantes a reis que constituíam a fragmentada elite dominante da Europa ocidental (sobre itens que tratam do comportamento das elites na conjuntura sociocultural mais ampla, consultar em nossas Referências, também: HIGGS, 12/04/2017: **N. do E.**).

E, ainda em ambiente de **N. do E.**, nos cabe, neste instante, evocar como paralelo e sem demérito algum ao país, tampouco a Mr. Higgs, uma questão bairrista brasileira, a qual se assemelha bastante ao que Higgs pontua em seu discurso, falando sobre a promiscuidade aparente entre certos setores da sociedade organizada, e o seu parque produtivo.

Recentemente, o Brasil tem vivido cenas viscerais no campo da política, da economia, da cultura. Depois da eleição que empossou o Presidente Jair Bolsonaro (01/01/2019), a sociedade se dividiu basicamente em dois grandes blocos: de um lado, os que apoiam o atual governo e que querem fazer a sociedade avançar e a economia

prosperar; e, de outro lado, aqueles que são contra toda e qualquer iniciativa governamental neste sentido, preferindo, inclusive, cultivar a ideia de que receber do Estado as soluções para os problemas socioeconômicos é a melhor via a ser seguida. Contudo, vale lembrar, que o:

O keynesiano vulgar⁴ não entende que o extremo ativismo político pode funcionar contra a prosperidade econômica, pois cria aquilo que chamo de "incerteza do regime", uma difusa e generalizada incerteza quanto à própria natureza da iminente ordem econômica, especialmente em relação a como o governo irá tratar os direitos de propriedade no futuro (HIGGS⁵, 1997). Esse tipo de incerteza desestimula especialmente os investidores, deixando-os temerosos de colocar dinheiro em projetos de longo prazo. Tais investimentos de longo prazo, que desapareceram dos EUA quase que por completo após 1929, só vieram a se recuperar plenamente após a Segunda Guerra Mundial (HIGGS, 06/11/2011: **N. do E.**).

Talvez seja por isso, isto é, pela aparente repetição histórica das "Incertezas do Regime", as quais geram ciclos de "Bolhas" e de "Depressão" econômica que se sucedem, mais ou menos ao sabor de maiores ou menores interferências políticas, que os analistas socioeconômicos, em 1993, criaram um índice para medir o grau de tensão nos mercados. Esse é o índice **VIX** (também chamado de "Índice do Medo", que é a sigla para a expressão "Volatility Index" / "Índice de Volatilidade": **N. do E.**).

A importância de se destacar a variável medida pelo VIX, no contexto entrecruzado entre o que postula Higgs quanto ao sujeito keynesiano e o nosso apontamento editorial complementar é tão elementar, que vimos que foi sob a prática do medo, que se deu no Brasil, no dia 09/09/2021, depois de um conturbado dia 07/09/2021, uma

⁴ Mr. Higgs, dizendo "keynesiano vulgar", se refere ao indivíduo adepto de uma teoria econômica formulada pelo economista John Maynard Keynes (1883-1946), que defende que deve haver plena ação do Estado nas políticas econômicas de um país, para atingir o pleno emprego e o equilíbrio econômico (**N. do E.**).

⁵ HIGGS, Robert. Regime Uncertainty: Why the Great Depression Lasted So Long and Why Prosperity Resumed after the War. In: *The Independent Review* 1, no. 4 (spring), 1997, p. 561-90.

violenta queda dos mercados e do ânimo social e político. Nesse dia, que pode ter sido um dos momentos de auge da polarização política contemporânea, o Presidente Bolsonaro agiu mais como um cidadão indignado e menos como um estadista – resumidamente, na vigência de uma “briga” entre os Poderes da República, a fala de Bolsonaro, no Dia da Independência, manifestou voto pela continuidade da briga (**N. do E.**).

Isso fez a Bolsa de Valores despencasse, baixando as cotações de ativos, criando instabilidade política e jurídica intensa, mas, bastou que, dois dias depois, no final da tarde de 09/09/2021, fosse divulgada uma nota de “recoo estratégico”, via Redes Sociais, atribuída ao Presidente, mas sabidamente orientada e corrigida pelo Ex-Presidente e conselheiro de Bolsonaro, Michel Temer, que todo o medo se dissipasse, e que o IBOVESPA⁶ disparasse repentinamente, saindo de uma baixa depressiva, para uma alta retumbante (REUTERS, 2021). Isso não mostra tudo, mas põe frente a frente dois argumentos de Higgs: a) o do “keynesiano vulgar”; e, b) o das “incertezas do regime” (**N. do E.**).

No extremo [disso tudo], os comerciantes estabeleceram uma independência política nas cidades-estados, onde podiam exercer total controle sobre as instituições legais que davam suporte às suas atividades econômicas: "O fato de que a civilização europeia passou por uma fase em que foram criadas cidades-estados", de acordo com Sir John Hicks, "é essencial para se entender a divergência entre a História da Europa e a História da Ásia" (HICKS, 1969).

No final da Era Medieval, Veneza, Gênova, Pisa e Florença eram as principais cidades de Europa. Mais tarde, Bruges, Antuérpia, Amsterdã e Londres assumiram a liderança. Cada cidade tinha sua própria milícia, a qual estava sempre pronta para defendê-la contra ameaças à sua autonomia político-econômica.

⁶ O Índice BOVESPA é composto pela observação do comportamento de compras e vendas de 66 ações específicas, dentre um volume de perto de 500 ativos negociados na Bolsa de Valores de São Paulo (**N. do E.**).

Para facilitar seus negócios, os comerciantes criaram seu próprio sistema jurídico. Com o intuito de fornecer uma rápida, barata e justa resolução para as contendas comerciais. Esta *Lex Mercatoria*⁷ criou instituições e precedentes que sobrevivem até o presente, e as quais encontram hoje expressão em um vasto sistema de resoluções alternativas (não-estatais) de contendas, como as arbitragens privadas.

A **N. do E.** lembra, aqui, que, na mesma linha de raciocínio que Higgs já assinala no parágrafo anterior, como prática de autodeterminação dos sistemas econômicos, trata-se de conduta também registrada nos sistemas socioculturais. Embora informal, a *Lex Mercatoria* e o Contrato Social⁸, constituem-se em expedientes normativos subjetivos, os quais, em alguns ordenamentos jurídicos, são dispositivos recepcionados como “Direito dos Costumes”, enquanto que, noutros, são mais familiares os dispositivos oriundos do “Direito Objetivo”:

Levanto essa questão porque, no que concerne ao chamado contrato social, frequentemente tive a chance de protestar dizendo que jamais havia visto tal contrato, muito menos havia sido consultado sobre meu consentimento quanto a ele. Para ser válido, um contrato requer oferta voluntária, aceitação e compensação. Como jamais recebi tal oferta de meus governantes, certamente jamais aceitei tal contrato; e, em vez de compensação, tudo que recebi dos meus governantes foram desconsideração, desrespeito e desdém — para não mencionar o fato de que os governantes, não obstante a ausência de qualquer acordo, sempre ameaçaram explicitamente me infligir grandes danos caso eu não obedecia aos seus éditos (HIGGS, 29/03/2021: **N. do E.**).

⁷ Normas jurídicas que surgiam de forma espontânea ao longo do tempo, a partir de costumes. Estas eram aceitas e referendadas reciprocamente pelos atores do comércio internacional, sem nenhum vínculo com o ordenamento jurídico dos respectivos países envolvidos nas negociações (**N. do E.**).

⁸ Para Jean Jacques Rousseau (1712-1778), o Contrato Social é um mecanismo, por meio do qual, o homem natural recupera a sua liberdade, por meio de uma adesão deste à sociedade civil, donde necessariamente se deverá abrir mão da primazia da individualidade em prol da soberania da coletividade (**N. do E.**).

Em alguns países, os comerciantes e industriais utilizavam sua influência política para introduzir suas instituições jurídicas consuetudinárias nas Leis estatais. Por causa da fragmentação política da Europa, governos que dificultavam excessivamente a vida dos empreendedores tendiam a perder comerciantes e seus negócios — e, por conseguinte, sua base tributária — para jurisdições concorrentes, de modo que a simples ameaça de tais perdas já fazia com que os governantes fossem mais contidos em sua fúria reguladora e tributária, dando aos empreendedores mais liberdade de manobra (ROSENBERG & BIRDZELL JR., 1986).

A **N. do E.** aqui se faz pertinente, na medida em que entendemos existir uma não mencionada conexão entre esta Europa, política e economicamente dispersa, e os princípios fundadores do Liberalismo Clássico. Em certa medida, o instituto da *Lex Mercatoria*, *per se*, é resultante natural deste contexto socioeconômico desviante, emergindo mesmo como condição natural para que se tivesse alguma padronização dos processos e dos negócios:

O liberalismo clássico é um sistema de governo em que o estado detém apenas o monopólio da segurança e da justiça, e lida exclusivamente com estas questões, não se intrometendo em nada mais. Tendo essa definição em mente, é possível entender por que uma pessoa defenderia o liberalismo clássico. Mais de quarenta anos atrás, eu mesmo era um resolutivo defensor deste sistema. As pessoas se tornam defensoras do liberalismo clássico por várias razões, sendo que as duas principais, as quais são interrelacionadas, são: 1) elas passam a entender que, se o objetivo é gerar prosperidade e paz, então o livre mercado funciona melhor do que sistemas econômicos controlados pelo governo; e 2) porque elas passam a acreditar que podem, com muita razão, reivindicar (seguindo um raciocínio um tanto lockeano) seus direitos à vida, à liberdade e à propriedade, sem sofrer coerção (HIGGS, 11/06/2013: **N. do E.**).

Neste sentido, as Cidades-Estados, em tese, originariamente se fundariam sobre o ideário Liberal, na medida em que “aceitam o governo, mas, somente com a condição de que o governo se mantenha

estritamente limitado a proteger as pessoas contra violências e fraudes que iriam injustamente privá-las de sua vida, liberdade e propriedade” (HIGGS, 11/06/2013: **N. do E.**).

[Logo, foi assim que] o grande enriquecimento começou para valer na Holanda, do século XVII. No século XVIII, o fenômeno já havia se espalhado para a Inglaterra, Escócia e as colônias americanas. Começou com o para-raios de Franklin e a máquina a vapor, de James Watt.

Isso foi expandido, nos anos 1820 (Século XIX), para uma nova invenção: as ferrovias com locomotivas à vapor. E, então, vieram as estradas macadamizadas⁹. Depois, surgiram as ceifadeiras, criadas por Cyrus McCormick, e as siderúrgicas, criadas por Andrew Carnegie. Ambos eram escoceses que viviam nos EUA.

Tudo se intensificaria ainda mais no restante do século XIX, e aceleraria fortemente no início do século XX.

Deu-se dignidade e liberdade à Classe Média pela primeira vez na história da humanidade, e esse foi o resultado: o motor à vapor, o tear têxtil automático, a linha de montagem, a orquestra sinfônica, a ferrovia, a empresa, o abolicionismo, a imprensa à vapor, o papel barato, a alfabetização universal, o aço barato, a placa de vidro barata, a universidade moderna, o jornal moderno, a água limpa, o concreto armado, os direitos das mulheres, a luz elétrica, o elevador, o automóvel, o petróleo, as férias, o plástico, meio milhão de novos livros em inglês por ano, o milho híbrido, a penicilina, o avião, o ar urbano limpo, direitos civis, o transplante cardíaco e o computador, feitos que redundaram no fato de que as pessoas comuns e, especialmente os mais pobres, tiveram sua vida melhorada.

⁹ Macadame (do inglês Macadam) é um tipo de pavimento para estradas desenvolvido pelo engenheiro escocês, John Loudon McAdam, acerca de 1820. O processo recebeu o nome de Macadam, dado em homenagem ao seu criador, e consiste em assentar três camadas de pedras postas numa fundação, com valas laterais dispostas para o enxugo da água da chuva (**N. do E.**).

CONCLUSÕES – A retração da China e do mundo islâmico

Consequentemente, o Ocidente, que durante séculos havia ficado atrás da China e da civilização islâmica, se tornou incrivelmente inovador, a partir do século XVIII. Já, a China, que por séculos havia sido a grande potência do mundo, começou um fragoroso processo de retração.

Ao contrário dos comerciantes da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos, que conseguiam jogar um governo contra o outro em sua contínua busca por direitos de propriedade mais confiáveis, os empreendedores da China sofreram implacáveis ataques estatais de seu amplo e abrangente governo imperial (sobre modos e consequência de intervenção estatal na sociedade, consultar em nossas Referências, também: HIGGS, 05/08/2008 e 12/09/2019: **N. do E.**).

Já, em 1500, o governo decretou ser pena capital construir um navio com mais de dois mastros; e, em 1525, o governo ordenou a destruição de todas as embarcações construídas para navegação no oceano. Assim, a China, cujo comércio exterior havia sido vasto e abrangente durante séculos, impôs a si própria uma trajetória que a levaria à pobreza, à derrota e ao declínio.

Dentre várias outras ações adversas, o governo mandarim interrompeu o desenvolvimento de relógios e de máquinas industriais movidas a água por toda a China.

A título de **N. do E.**, retomamos, de um texto de 2013, um trecho, em que Mr. Higgs já se apresentava como avesso à centralização social, política e econômica, particularmente quanto aos postulados emanados de Rússia, China e outros países propensos à mesma prática:

Quando me tornei um libertário, comecei abraçando posturas consequencialistas ou utilitaristas, talvez por causa de minha formação como economista. Estava convencido de que uma sociedade livre seria mais rica, mais saudável e mais feliz — certamente no longo prazo, se não imediatamente — do que uma sociedade controlada. Com base na teoria econômica e na história da economia, pude compreender os apavorantes fracassos das economias centralmente planejadas da URSS, da China, do Camboja e de outros países. Essa compreensão me impressionou e me pareceu ser um fundamento perfeitamente adequado para que qualquer um se tornasse adepto do libertarianismo (HIGGS, 13/02/2013: **N. do E.**).

No mundo islâmico, um governo imperial também esmagou o progresso econômico ao se mostrar incapaz de proteger direitos de propriedade e ao impor regulamentações e impostos arbitrários.

No século XX, o império soviético igualmente adotou a política de inventar e impor uma grande e péssima ideia — planejamento econômico centralizado —, a qual suprimiu totalmente a liberdade econômica necessária para um progresso econômico contínuo e robusto.

Infelizmente, os comunistas chineses, os europeus do leste, e vários governos pós-coloniais do Terceiro Mundo seguiram o caminho aberto pela URSS, e foram à ruína econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Hoje

Durante os últimos 20 séculos, as maiores economias do mundo foram China e Índia, exceto nos últimos dois séculos, o XIX e o XX, devido à ascensão do capitalismo no Ocidente. Com a chegada da economia de mercado ao Oriente, o século XXI poderá vivenciar a "volta à normalidade", com o retorno da populosa Ásia à liderança — principalmente se as economias ocidentais continuarem demonstrando uma olímpica indiferença aos pilares básicos que permitiram a pujança do Ocidente.

Em pleno século XXI, era de se esperar que, finalmente, as pessoas e os governos já houvessem entendido o elo inquebrantável entre liberdade econômica e crescimento econômico, e apreciassem a importância vital dos direitos de propriedade privada. Porém, e infelizmente, isso parece ainda não ser a realidade.

Contudo, o que podemos constatar, nesta derradeira **N. do E.**, é que:

[...] ao longo dos últimos 5.000—10.000 anos, para praticamente todos os seres humanos do mundo, o Estado sempre existiu e sempre esteve presente com suas depredações e abusos dos direitos humanos. Seu poder de dominar, subjugar e espoliar seus súditos é cuidadosamente sustentado pela sua destreza em explorar os medos humanos, dentre eles o medo dos indivíduos em relação ao próprio Estado e a outras ameaças à vida e à integridade, contra as quais o Estado jura que irá nos proteger. (Nessa postura, o Estado em nada se difere daquelas gangues de bairro que extorquem pessoas em troca de "proteção".) (HIGGS, 17/06/2015: **N. do E.**).

Desse modo, não é demasiado lembrar, que o verdadeiro poder advém e se mantém por meio do povo de uma Nação, ainda que o Estado e suas elites políticas predominantemente se ocupem de “três maneiras básicas de manter a população submissa e dócil aos seus mandos e desmandos: subornar, ameaçar e mentir” (HIGGS, 15/09/2016: **N. do E.**).

Em todos os cantos do globo, os governos continuam concedendo privilégios a grupos específicos, atacando empreendedores que genuinamente criam riqueza e impondo restrições que estrangulam a liberdade econômica.

Como a história perfeitamente mostra, os direitos de propriedade privada requerem uma contínua e inflexível defesa — caso contrário, as pré-condições para todo e qualquer progresso econômico serão solapadas e destruídas.

REFERÊNCIAS ORIGINAIS MANTIDAS

HICKS, John. *A Theory of Economic History*. London: Oxford University Press, 1969, p. 38.

LAL, Deepak. *Unintended Consequences: The Impact of Factor Endowments, Culture, and Politics on Long-Run Economic Performance*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1998, p. 75–97.

ROSENBERG, Nathan & BIRDZELL JR., L. E. *How the West Grew Rich: The Economic Transformation of the Industrial World*. New York: Basic Books, 1986.

REFERÊNCIAS MENCIONADAS PELA AKEDIA (NAS N. DO E.)

HIGGS, Robert. Como Franklin Roosevelt piorou a Depressão. Instituto Mises Brasil, 05/08/2008. Disponível em: <https://mises.org.br/article/130/como-franklin-roosevelt-piorou-a-depressao>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. Seis erros fundamentais da atual ortodoxia econômica. Instituto Mises Brasil, 06/06/2011. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1002/seis-erros-fundamentais-da-atual-ortodoxia-economica>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. Defender a liberdade: porque ela funciona ou porque é moralmente correto? Instituto Mises Brasil, 13/02/2013. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1524/defender-a-liberdade-porque-ela-funciona-ou-porque-e-moralmente-correto>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. O sonho impossível do liberalismo clássico. Instituto Mises Brasil, 11/06/2013. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1621/o-sonho-impossivel-do-liberalismo-classico>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. Dez conclusões falaciosas da ideologia dominante. Instituto Mises Brasil, 17/10/2013. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1371/dez-conclusoes-falaciosas-da-ideologia-dominante>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. Por que as pessoas se submetem aos desmandos do estado e de seus políticos. Instituto Mises Brasil, 17/06/2015. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1905/por-que-as-pessoas-se-submetem-aos-desmandos-do-estado-e-de-seus-politicos>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. Estes são os verdadeiros três poderes do governo. Instituto Mises Brasil, 15/09/2016. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2514/estes-sao-os-verdadeiros-tres-poderes-do-governo>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. Sejamos francos: a política é assalto organizado. Instituto Mises Brasil, 12/04/2017. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2561/sejamos-francos-a-politica-e-assalto-organizado>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. Todas as políticas governamentais são bem-sucedidas no longo prazo. Instituto Mises Brasil, 24/07/2017. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2729/todas-as-politicas-governamentais-sao-bem-sucedidas-no-longo-prazo>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. Por que políticas de estímulos e intervenções governamentais geram recessões. Instituto Mises Brasil, 12/09/2019. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2598/por-que-politicas-de-estimulos-e-intervencoes-governamentais-geram-recessoes>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. O contrato social e o consentimento do governado. Instituto Mises Brasil, 29/03/2021. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1043/o-contrato-social-e-o-consentimento-do-governado>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

REUTERS. Ao encontro do que a maioria dos brasileiros espera”: políticos comentam declaração à nação de Bolsonaro. Bolsonaro divulgou nota no final da tarde com conteúdo apaziguador, declarando respeito pelas instituições, 09/09/2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/ao-encontro-do-que-a-maioria-dos-brasileiros-espera-politicos-comentam-declaracao-a-nacao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 10/09/2021, às 13h46min.

A EDUCAÇÃO, AS NOVAS TECNOLOGIAS E O TRABALHO NA CIBERCULTURA

English Title: *EDUCATION, NEW TECHNOLOGIES AND WORK IN CYBERCULTURE*

[doi>10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p42-62](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p42-62)

CARVALHO, Isaar Soares de¹

RESUMO: Este artigo examina como as necessidades humanas de adaptação ao meio, de sobrevivência e de proteção levaram os homens a desenvolver habilidades e a transmitir seu conhecimento por meio da cultura, dos hábitos e da educação. Metodologicamente, faremos uma revisão bibliográfica, tratando, em primeiro lugar, das relações entre Educação e Cultura. Em segundo lugar, traremos à tona a importância da Educação para a habilitação dos futuros profissionais, especificamente no que diz respeito às novas tecnologias. E, em terceiro lugar, falaremos da importância das novas tecnologias da informação para o ensino na atualidade. Como resultados do estudo, é possível mostrar como se dão as relações entre a formação e a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Trabalho, Educação, Novas Tecnologias

ABSTRACT: This article examines how human needs for adaptation to the environment, survival and protection led men to develop skills and transmit their knowledge through culture, habits and education. Methodologically, we will carry out a bibliographical review, dealing, in the first place, with the relationship between Education and Culture. Second, we will bring to light the importance of Education for the qualification of future professionals, specifically with regard to new technologies. And, thirdly, we will talk about the importance of new information technologies for teaching today. As a result of the study, it is possible to show how the relationship between training and the insertion of people in the labor market takes place.

KEYWORDS: Culture, Work, Education, New Technologies

¹ Doutor em Filosofia (IFCH-UNICAMP). Pós-Doutor em Letras (FFLCH-USP). Docente do Departamento de Ciências Humanas da UEMG – Unidade de Frutal.

I

A EDUCAÇÃO E SEU ALCANCE: DOS ANIMAIS AOS SERES HUMANOS

As relações entre educação, cultura e vida prática podem ser verificadas nas mais diferentes culturas, mesmo nas iletradas. De acordo com Carlos Rodrigues Brandão, a educação existe também onde não haja escolas com um modelo formal de ensino, o qual se processa por intermédio de “redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra” (BRANDÃO, 1981).

É possível também falar da presença de uma forma de educação na própria vida animal, pois os animais têm uma potência para a aprendizagem, não só os felinos e caninos domésticos, mas, também, os que se encontram na natureza, livres da domesticação, os quais aprendem com os pais, principalmente com as mães, a se defender e a caçar para se alimentar.

Por outro lado, há animais que aprendem a localizar pessoas desaparecidas, auxiliando bombeiros e outros e salva-vidas em busca de vítimas de acidentes e de desastres ambientais, como os ocorridos em Mariana – MG, em 05 de novembro de 2015, ocasião em que houve o rompimento da Barragem de Fundão, gerida pela Samarco Mineração, ocasionando a morte de dezenove pessoas e cuja enxurrada de lama inundou o Distrito de Bento Rodrigues.

O mesmo se deu, porém, em maiores proporções, no desastre ambiental ocorrido em Brumadinho – MG, próximo a Belo Horizonte – MG, em 25 de janeiro de 2019, com o rompimento de uma barragem da Mineradora Vale, que tanto foi um desastre ecológico quanto uma tragédia humana.

Em ambos os casos a Televisão e outras mídias sociais registraram a presença de cães ladeando soldados do Corpo de Bombeiros, que ali estiveram em busca de sobreviventes, ou mesmo de cadáveres. Isso demonstra, como dizíamos, que os animais podem ser educados e treinados para várias funções, pois têm inteligência suficiente para tal. Há, também, animais treinados para auxiliar investigadores na busca de pessoas em fuga ou que se homiziam.

Nesse sentido, é relevante que Carlos Rodrigues Brandão afirme que os animais “aprendem com as armas naturais do instinto” (BRANDÃO, 1981), mas, também, no convívio com a espécie e repetindo a conduta com esta aprendida. Há mesmo “atos da aprendizagem que garantem a vida, como a mãe que um dia expulsa com amor o filho do ninho, para que ele aprenda a arte e a coragem do primeiro voo” (BRANDÃO, 1981).

Porém, eles podem aprender também com os adestradores, sendo de grande importância para a sociedade e, além disso, atuar em situações de conflitos bélico, tal como se vê, de acordo com Fábio Pellegrino, donde se acentua que “há registros² do uso de cães em guerras pelos egípcios e romanos desde a antiguidade”.

Os norte-americanos “utilizaram esses animais, pela primeira vez, durante a I Guerra Mundial”, e havia 600 cães em suas tropas nos conflitos com o Afeganistão e o Iraque. De acordo com o Exército Brasileiro, “os cães vêm sendo usados em conflitos pelas forças militares ao longo dos séculos”, exercendo funções como “entregar mensagens, detectar minas e até colocar fios de telégrafos durante as batalhas” (PELLEGRINO, 2011).

Essas informações, disponíveis no *site* do Exército Brasileiro, por serem fidedignas, confirmam a tese de que os animais podem ser

² PELLEGRINO, Fábio. Cães de Guerra. <http://www.eb.mil.br> (acesso em 28/12/2020).

ensinados, de acordo com o seu potencial e com as necessidades humanas.

Quanto ao homem, ele transforma a natureza transversalmente via trabalho e vive em um ambiente social marcado pela presença da Educação, seja ela formal ou informal. Logo, ele tanto aprende quanto ensina, mesmo que se trate de técnicas simples de produção ou de tecnologias refinadas, seja para atender a necessidades práticas e de produção, seja pelo prazer de adquirir conhecimento, seja por um prazer estético. Enfim, se o ditado popular afirma que é “vivendo que se aprende”, podemos também admitir a verdade da afirmação de que é aprendendo que se vive, e de forma continuamente melhor.

II

A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, A EDUCAÇÃO E O TRABALHO

A evolução tecnológica trouxe consigo a necessidade do ensino e da aprendizagem, pois, para operar alguns instrumentos de trabalho – partindo de uma tesoura ou uma navalha manuseada por um cabeleireiro, ou de um bisturi e as cirurgias que são monitoradas por sistemas digitais de informação, chegando ao automóvel e a uma aeronave, bem como do molde de um vestido à sua confecção – para inúmeras funções, enfim, são necessários o ensino e o treinamento.

Por isso, encontramos na sociedade, uma renovação de oferta de cursos voltados para a atividade profissional, especialmente em relação às novas tecnologias, englobando desde os cursos técnicos e profissionalizantes aos cursos em nível superior, alcançando a Graduação e o Pós-Doutorado, bem como uma atualização do processo didático-pedagógico, conforme as exigências das novas tecnologias.

As mudanças foram tais na área da Educação que, devido ao avanço das tecnologias, é possível que, em lugar de irmos até à Escola, esta venha até nós, seja em casa, no ambiente de trabalho ou mesmo se estivermos em veraneio, pois as distâncias foram reduzidas com a informatização da educação.

Isso ficou confirmado de forma cabal com o uso das novas tecnologias da informação para o ensino remoto, especialmente para a realização de defesas de teses, com os membros de bancas examinadoras provenientes de outras instituições não precisando se deslocar de uma cidade a outra para participarem de uma banca de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), de Mestrado ou de Doutorado, pois isso pode ser feito virtualmente.

Atualmente, portanto, desde o Ensino Fundamental até à Pós-Graduação, as novas tecnologias da educação estão presentes na sociedade, de tal modo, que houve uma revolução progressiva nas formas de pesquisar, ensinar e aprender.

Observa-se, no entanto, que mesmo antes dessa revolução nos processos de ensino e aprendizagem, através das Novas Tecnologias da Informação, no Brasil, tornaram-se afamadas as Escolas Técnicas, tais como o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, fundado em 1873, bem como o Liceu de Artes e Ofícios do Recife, inaugurado em 1880. Ambos estão ainda em atividade, acompanhando as novas tecnologias e preparando os alunos para o mercado, oferecendo, por sua vez, o Liceu de São Paulo, o Curso de Multimídia no Ensino Médio, o que demonstra a sua atualização em relação às Novas Tecnologias da Educação.

Em 1909, foram criadas, durante o mandato do Presidente Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes e Artífices, nas capitais dos Estados brasileiros, as quais buscavam formar principalmente pessoas de baixa renda. Uma delas, a Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia, passou, em 1937, a chamar-se Liceu Industrial de Salvador, vindo, em 1941, a

chamar-se Escola Técnica de Salvador, sendo uma das primeiras ETECS (Escolas Tecnológicas).

Em 1965, as escolas profissionalizantes passaram a ser federais, vindo a Escola Técnica de Salvador a chamar-se Escola Técnica Federal da Bahia. Em 1993, ela recebeu o nome de Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), passando, em 2008, a ser o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia³.

Esses exemplos citados, do ponto de vista histórico, mostram a importância e a necessidade de se aliar a Educação à formação para o Trabalho, o que se tornou algo irreversível em nossa sociedade, de tal modo, que não só nas regiões Sul e Sudeste, mais desenvolvidas tecnologicamente, mas, também, por todo o Brasil, encontram-se Instituições de Ensino como os Institutos Federais, as Escolas Técnicas (ETECS) e as Faculdades de Tecnologia (FATECS).

Outras renomadas e históricas instituições se destacaram também na oferta da Educação voltada para a inserção no mercado de trabalho, como o SENAC, que tanto oferece Cursos Livres quanto Cursos do Ensino Médio e Superior. Por seu turno, o SENAI e o SESI⁴ oferecem cursos de formação técnica em diversas áreas, destacando-se, dentre tantos, os seguintes: Eletricidade, Eletroeletrônica, Eletromecânica, Suporte de Informática, Desenvolvimento de Sistemas, Logística,

³ *História do IFBA*, in: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/memorial/memoriaifba>) acesso: 07/11/2020.

⁴ Estas, são organizações que compõem o chamado “Sistema S”, que é um conjunto de nove instituições, estabelecidas pela Constituição Federativa, de 1988, que atuam em diversos setores dos interesses de certas categorias profissionais. São elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social do Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); e, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Edificações, Manutenção e Mecânica Automotiva, Metalurgia, Tecnologia da Informação – *Hardware*, entre muitos outros⁵.

Observamos, pois, que em nossa sociedade, para conseguir acesso ao mercado de trabalho, com o passar do tempo tornou-se necessária a intermediação da Escola, a qual é um espaço dedicado ao estudo, ao aperfeiçoamento intelectual e à formação cidadã e que, com o desenvolvimento das novas tecnologias de produção, tornou-se uma instituição formadora para atender às demandas do mercado de trabalho, havendo, portanto, uma relação direta entre Educação e Trabalho, especialmente no que diz respeito às novas tecnologias da produção, da informação e da própria Educação, área que também teve de se atualizar em relação às novas tecnologias da informação e utilizar seus recursos no processo de pesquisa, de ensino, de aprendizagem, de avaliação da aprendizagem, de comunicação e de registro de dados.

Como ficou demonstrado, portanto, o avanço das tecnologias de produção industrial exigiu a qualificação de mão de obra especializada para operar novos equipamentos, havendo uma interação entre a formação do trabalhador e a sua colocação no mercado de trabalho.

Atualmente, porém, o trabalhador não é mais visto como um apêndice da máquina, tal como eram considerados os antigos operários, mas, por outro lado, é um ente formado para desenvolver seu potencial no exercício de diversas funções, necessitando, além das habilidades técnicas, as habilidades propriamente humanas de interação, de trabalho em equipe e do exercício de múltiplas funções.

No caso dos professores, estes devem adquirir, além das habilidades epistemológicas, técnicas e didáticas, também a competência para exercer cátedras de gestão no ambiente acadêmico, bem como desenvolver seu potencial em outras áreas, como na

⁵ <https://www.sp.senai.br/cursos/18/cursos-tecnicos?menu=31> e <https://cursos.sesisenai.org.br/> (acesso em 15/12/2020).

comunicação corporativa, além de precisar olhar para si mesmo como um produto a ser colocado no mercado, investindo também em constantes atualizações, de caráter tanto específico quanto multidisciplinar, bem como investir em sua imagem, investindo também no marketing pessoal, pois, quer admitamos ou não, estamos numa sociedade na qual somos avaliados pela nossa aparência, não só pelo nossa essência.

III

A PRESENÇA E A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

As novas tecnologias exerceram grande influência sobre a Educação, possibilitando a criação de novas formas de aprendizado, divulgação do conhecimento e das formas de interação entre professores e alunos. Houve uma interação entre diversas mídias com o passar do tempo. A Educação a Distância já foi feita, de forma não sistemática, através do cinema, na França, de acordo com o Prof. Jacques Vigneron⁶. Utilizando o Rádio, no Brasil, a Educação chegava informalmente via Projeto Minerva, programa radiofônico, cujo objetivo era a educação de pessoas adultas⁷. Porém, isso não chegou a impactar a Educação em geral, a qual passou a adotar as novas tecnologias da informação, principalmente, a partir do ano 2000, em diante.

A Educação passou a utilizar-se de recursos midiáticos mais amplos do que a televisão e o rádio, tendo na internet a maior inovação em termos de novas tecnologias, possibilitando o uso de diversos recursos de pesquisa, comunicação e didática, possibilitando ao aluno

⁶ A afirmação relativa ao Cinema foi feita por Jacques Vigneron no Curso de Introdução ao Ensino a Distância, ministrado aos docentes da UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), em 2002.

⁷ Fonte: <https://radios.ebc.com.br/revista-brasil/educacao/2016-08/programa-relembra-projeto-minerva-em-mesa-comemorativa-dos-80-anos-da> (acesso em 15/12/2020).

que ele se torne o sujeito de sua própria aprendizagem, não dispensando, porém, a atuação do professor.

Com as inovações tecnológicas, houve uma ampliação das relações entre professor e aluno, as quais não se limitam mais ao ambiente da sala de aula, mas estendem-se para o ambiente midiático, virtual, devido às novas relações entre ciência, tecnologia e educação.

O avanço científico e tecnológico exigiu da Educação uma atualização pedagógica, sendo desafiada a deixar a educação bancária de vez e reconhecendo o aluno como sujeito da aprendizagem, o que, com as novas tecnologias em mãos, torna-se mais factível, desde que os alunos se envolvam com o processo de ensino e aprendizagem, sendo também seus próprios mestres, posto que terão maior possibilidade de acesso ao conteúdo das matérias ministradas. Com o avanço das tecnologias da informação, portanto, houve uma otimização do acesso a acervos bibliográficos, antes restritos a bibliotecas locais e a centros de pesquisa tradicionais.

A Ciência e a Tecnologia exercem influências não só na Educação, mas, também, nas diversas áreas do saber e do fazer humano, bem como na cultura e nos rumos da sociedade, de acordo com o acesso que a população tem aos novos recursos de comunicação e às descobertas científicas das diversas áreas do saber. E, ainda que tenha havido resistência à adoção das novas tecnologias na Educação, não é mais possível adotar um discurso de resistência ao seu uso nesta área do conhecimento.

O que resta a fazer diante dessa irreversibilidade, por parte dos educadores, é uma interpretação crítica do avanço científico e tecnológico, o qual colocou os profissionais do Ensino diante de uma crise de paradigmas, mostrando a necessidade de uma reestruturação do ponto de vista didático-pedagógico, diante de uma sociedade que passou a ser cada vez mais informatizada, recebendo notícias em tempo

real, ao vivo, de tal modo que é impossível pensar – com raras exceções – a sociedade atual e a Educação sem os instrumentos midiáticos, os quais se tornaram uma extensão de nós, estando, literalmente, ao alcance da mão, e a partir desta, nos colocando em contato com o mundo.

Diante disso, os próprios educadores necessitam incluir em sua formação a competência digital para lidar com as novas tecnologias, nunca deixando, no entanto, de desempenhar de forma crítica o seu papel como docentes, demonstrando competência não só ao operar instrumentos tecnológicos, mas também ao fomentar a crítica e o desenvolvimento do pensamento transformador da realidade, tendo plena consciência de seu papel como educadores na sociedade tecnológica, comparáveis, segundo Pierre Lévy, a arquitetos cognitivos e a engenheiros do conhecimento, capazes de produzir tecnologias que “reorganizam, de uma forma ou de outra, a visão de mundo de seus usuários e mudam seus reflexos mentais” (LÉVY, 1992).

Essas inovações tecnológicas e pedagógicas da Era da Globalização, as quais influenciaram profundamente a nossa compreensão do mundo e da cultura, exigem do profissional do ensino uma formação em constante atualização, especialmente no que diz respeito aos próprios recursos midiáticos.

É salutar, no entanto, que o ensino mantenha uma abordagem humanística e interdisciplinar, privilegiando temas transversais, especialmente os da área de Ciências Humanas, para que os futuros profissionais, das mais diversas áreas, mantenham uma visão holística da realidade e do conhecimento.

Os professores, tais como os que atuam nas áreas da indústria e do comércio, ou de forma semelhante aos que buscam novas tecnologias nas áreas da saúde ou das engenharias, necessitam de uma constante atualização tecnológica, sem descuidar de sua saúde emocional, pois o

trabalho docente, bem como o trabalho em geral, está imerso no tempo acelerado da sociedade líquida, na qual o indivíduo tende a ser desconsiderado enquanto pessoa, passando a ser visto como se fosse uma peça de uma grande engrenagem.

As novas tecnologias tornaram evidente que a qualificação dos docentes diz respeito não só à habilitação técnica, mas também às circunstâncias sociais, econômicas e políticas, bem como aos aspectos emocionais e afetivos dos educadores, os quais devem ser vistos não só como profissionais, mas, também, enquanto pessoas.

As novas tecnologias impuseram mudanças significativas na didática e na aprendizagem, o que levou ao inevitável questionamento dos métodos tradicionais de ensino, do papel e das funções dos professores e professoras, bem como de sua formação e qualificação para o ensino usando as novas tecnologias do ensino. Universidades, centros universitários e colégios passaram a habilitar os educadores para lidarem com as novas ferramentas ou instrumentos de trabalho.

Porém, de acordo com Mercado (1999), repensar a Educação não consiste somente em inovar tecnologicamente os meios de ensino e de aprendizagem, mas, também, em analisar “a dinâmica do conhecimento de forma ampla e, como consequência, o papel do educador como mediador desse processo”.

Por outro lado, as novas tecnologias, ainda de acordo com Mercado (1999), não são suficientes para resolver os problemas didático-pedagógicos, pois o professor e a professora exercem papéis fundamentais como portadores, até certo ponto, do conhecimento das matérias ensinadas, desempenhando o papel de mediadores, tanto do conhecimento quanto das formas de acesso aos *sites* de referência em relação às disciplinas que lecionam.

Enfim, sem os professores interagindo, o processo de aprendizagem acabaria se tornando um autodidatismo, o que tem a sua

importância, devido ao desenvolvimento da pesquisa pelos alunos. Todavia, o diálogo ainda é vital para a aprendizagem, livrando tanto o aluno quanto os professores do dogmatismo.

Outro conceito relevante em relação às novas tecnologias da educação é que é necessário desmistificar as novas tecnologias e ensinar os alunos a não apenas encontrar e copiar conceitos de um *site*, de um artigo ou de outra fonte para que uma pesquisa seja realizada de forma crítica e satisfatória. Nesse sentido, é necessário desmistificar as novas tecnologias da informação e o mito do conhecimento pronto, como se fosse uma mercadoria a adquirir ou pegar, como se estivesse ao alcance da mão.

Muito acima disso, as atividades devem ser uma oportunidade para que se desenvolva, cada vez mais, o espírito crítico, tanto dos professores quanto dos alunos. Estes, em geral relegados ao papel bancário, passivo, de apenas receber conceitos, às vezes, com a enfática frase “é isso!”, ao final de uma exposição, devem ser vistos como sujeitos da aprendizagem, não apenas como meros receptores do conhecimento, pois este não é exclusivo dos professores, mas é um processo de construção coletiva, no qual o professor exerce uma função fundamental, ainda que o conhecimento integre um processo de interação entre docentes e alunos, sendo construído tanto na exposição dos professores quanto no diálogo e na valorização do conhecimento dos próprios alunos.

O conhecimento, contudo, no contexto escolar, desde os primeiros anos de estudo até à universidade, tem sido visto como um fenômeno individual, seguindo a ética própria do Capitalismo, tanto que nossos currículos se tornaram uma espécie de *marketing* pessoal nas mídias sociais e na Plataforma Lattes.

O conhecimento, por sua vez, além do esforço individual, é interativo, e as próprias bancas de Graduação, Especialização, Mestrado

e Doutorado demonstram que o conhecimento é construído coletivamente:

Autônomos, cooperativos, criativos e críticos; comprometidos com a aprendizagem permanente; mais envolvidos com uma nova ecologia cognitiva do que com preocupações de ordem meramente didática; engajados no processo de formação do indivíduo para lidar com a incerteza e a complexidade na tomada de decisões e a responsabilidade decorrente; e capazes de manter uma relação prazerosa com a prática da intercomunicação (MERCADO, 1997, p. 20).

Concluindo esta parte, nota-se que é digno de nota que ainda seja atual a proposta do MEC (Ministério da Educação), publicada em 1997, em relação ao perfil dos multiplicadores das novas tecnologias da educação e dos docentes, de quem se se espera que apresentem todas as qualificações exigíveis.

IV

AS NOVAS TECNOLOGIAS E A CIBERCULTURA

As novas tecnologias da informação impactaram a sociedade, provocando o surgimento de uma nova forma de cultura, a cultura globalizada. De acordo com Octavio Ianni, a Globalização possibilitou a integração das nações nos aspectos econômicos, culturais e políticos, o que levou à criação de um novo conceito de cidade, a cidade global, conceito este que se refere a cidades como Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo, Paris etc., ou seja, grandes centros urbanos que exercem influência econômica, política e cultural internacional.

Com esse fenômeno econômico e cultural de alcance mundial, houve um incremento do consumo das novas tecnologias da informação, especialmente de celulares, *tablets*, *chips* e *notebooks*.

Os modelos de computadores com uma CPU (Unidade Central de Processamento, do ingl. *Central Processing Unit*) e um monitor de vídeo já estão obsoletos e as informações estão ao alcance da mão, em alguns casos instantaneamente se espalhando pelo mundo, como ocorreu nos ataques às torres gêmeas de Nova York, em 11 de Setembro de 2001.

Do ponto de vista econômico, nessa nova fase da cultura, conhecida como cultura cibernética, o Capitalismo ampliou o seu alcance e ao mesmo tempo provocou uma maior exclusão social, pois as novas tecnologias exigem menos pessoas operando máquinas mecânicas e/ou elétricas para a produção, provocando um aumento do desemprego e da pobreza pelo mundo.

Com a internacionalização da economia e a presença das multinacionais em vários países, a sociedade mundial passou a se comunicar de forma mais rápida e a Internet superou barreiras e distâncias físicas para estabelecer a comunicação, facilitar os negócios e as relações econômicas internacionais, a partir das diversas revoluções tecnológicas, especialmente nas diversas áreas da produção, da comunicação e dos transportes.

Octavio Ianni (1997) usa as seguintes expressões para se referir às transformações pelas quais passou o Capitalismo: “aldeia global, fábrica global, terra-pátria, nave espacial, nova Babel, economia-mundo, sistema-mundo, *shopping center* global, cidade global, Capitalismo global, mundo sem fronteiras, sociedade informática, fim da geografia, e várias outras, as quais, em sua maioria, indicam que houve uma superação das fronteiras geográficas e uma ampliação do alcance do modo de produção capitalista pelo mundo, o que levou grandes empresas a instalarem suas indústrias em países em desenvolvimento, onde a produção se torna mais rentável, de tal modo que a produção passou a ser feita em escala internacional.

Nesse novo contexto cultural, social, econômico e político, ainda de acordo com Ianni (1997) a indústria cultural "dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo" servindo-se das diversas mídias que divulgam informações, produtos e serviços rapidamente, exercendo grande influência sobre a cultura local e mundial, de tal modo que muitas marcas se tornam conhecidas mundialmente, além de diferentes padrões de cultura seguem divulgados pelo mundo através dessas mídias, de tal modo que o próprio conceito de cultura local, nacional ou regional passou a ser questionado, dando lugar à ideia de uma cultura globalizada, transnacional.

Diante dessa nova realidade, marcada pelas revoluções nos meios de comunicação, portanto, os métodos de ensino e de aprendizagem tiveram de ser renovados para atender a um novo paradigma cultural, a uma nova mentalidade, formada não só pelas tradições culturais transmitidas de geração em geração, mas, também, e muito mais, pelos novos padrões da cultura, transmitidos pelas redes sociais instantaneamente.

Nesse contexto cultural e tecnológico, é imprescindível que os profissionais da Educação atualizem seus métodos de pesquisa e de ensino, atendendo às demandas de uma nova cultura, a chamada cibercultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Novas Tecnologias da Informação passaram a integrar a sociedade de forma irreversível, estando presentes nas mais diversas formas de produção e na cultura de forma geral, tendo uma aplicação notável nas várias áreas da produção, nas comunicações, na medicina, no agronegócio e de forma especial na Educação, que aos poucos foi

substituindo os recursos tradicionais, como lousa, giz, livros e apostilas pelo acesso à informação de forma ampla, a partir de um computador, um *notebook*, celular, *tablet* etc., ampliando o acesso à pesquisa, não só numa biblioteca física, mas pelo mundo todo, de forma *online*.

A Educação passou a ser vista como uma forma de preparação das pessoas para o ingresso no mercado de trabalho, com o surgimento de grande número de cursos voltados para a qualificação profissional, como nos Colégios e Institutos Federais, Escolas Técnicas (ETECs) particulares e estaduais, instituições como o SESI e o SENAC, conforme mencionamos, e inúmeros cursos técnicos, mostrando a interação entre Educação e Trabalho.

A Educação, assim, deixou de priorizar a formação humanística e passou a atender às necessidades do mercado de trabalho, enfatizando a formação técnica e atuando como um meio para a colocação dos estudantes no mercado de trabalho. Isso chegou mesmo a fazer predominar em nossa cultura uma visão tecnicista da Educação, tendo o ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, dito claramente que não haveria investimentos em cursos como Filosofia e Sociologia por parte do MEC, tomando o Japão como modelo, pretendia investir os recursos destinados à Educação prioritariamente em cursos que garantissem maior retorno financeiro, relegando as Humanidades a um segundo plano.

Na realidade atual, portanto, devido às demandas tecnológicas e de produção, as Escolas, além da formação humanística, são prioridade para a qualificação dos estudantes para sua a colocação no mercado de trabalho, o que impõe a necessidade constante de atualizações tecnológicas por parte das instituições de ensino, especialmente das que se dedicam à formação técnica em nível médio e superior.

A habilitação técnica e sua importância na atualidade pode ser verificada em uma instituição como a Escola Superior de Agricultura Luiz

de Queiroz, vinculada à USP (Universidade de São Paulo), cujos professores são requisitados para ajudar os agricultores no cultivo da terra, plantio, combate a pragas agrícolas e prevenção de doenças nos rebanhos etc., de tal modo que a formação técnica se tornou uma necessidade para o trabalho qualificado, não só nessa área, mas, quiçá, em todas as áreas do fazer humano.

As Humanidades são também de grande relevância para a formação dos futuros profissionais, especialmente em relação à necessidade de uma consciência crítica da realidade econômica, social e política, às relações humanas e à Ética.

Enfim, de acordo com o relatório da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) sobre a Educação, de autoria de Jacques Delors, “a educação do Século XXI estará apoiada em quatro pilares básicos, ou seja: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; aprender a ser” (DELORS, 1999).

Para Delors, o ser humano deve ser considerado como “o fim último do desenvolvimento”, por isso, a Educação “deve favorecer o exercício da liberdade plena de pensamento para permitir que o indivíduo seja agente do seu próprio destino” (DELORS, 1999).

Nessa perspectiva, portanto, as tecnologias e seu progresso não sobrepujam o valor do ser humano enquanto pessoa, o qual se coloca acima de qualquer discurso que pretenda justificar o progresso das técnicas sem valorizar a pessoa humana em sua totalidade, e de forma especial em relação às oportunidades de trabalho, visto que as novas tecnologias da produção, em geral, e também na área do Ensino, reduziram a oferta de emprego, provocando um acúmulo de atividades para um número menor de docentes, incrementando a competitividade, própria da ética capitalista.

Assim, ao mesmo tempo em que se reconhece o valor do progresso científico e tecnológico, as oportunidades de trabalho foram se

reduzindo, conforme esse progresso foi ocorrendo, inclusive na área da Educação, em que várias instituições de ensino superior reduziram o número de funcionários de setores administrativos.

Atividades como lançamento de notas passaram a ser feitas pelos próprios professores e houve demissões de funcionários de secretarias de várias instituições devido a isso, bem como à presença das grandes universidades particulares, com capital internacional, as quais, oferecendo cursos com preços mais acessíveis, provocaram crise e desemprego em instituições de pequeno porte, várias das quais foram compradas pelas grandes corporações.

Diante deste contexto, e de tudo o que foi considerado até aqui, concluímos que o avanço tecnológico exige cada vez mais, nesse contexto, que os educadores se qualifiquem e se atualizem para o exercício de suas atividades profissionais, de acordo com as novas competências exigidas.

O termo “competência”, apesar de o associarmos, em geral, à capacitação e à qualidade no exercício das funções profissionais ou de outra estirpe, relaciona-se diretamente aos termos rivalidade e competição. O sentido de rivalidade, baseado na competição, era utilizado no Século XVI. O termo era usado no sentido de uma "oferta adequada", e ambos os sentidos agora são obsoletos. Na década de 1630, registra-se a aceção de uma "suficiência de meios para viver à vontade".

Outro significado era o de acordo ou simetria, com base no verbo *competere*, especialmente em seu sentido original de conveniência e adequação. O termo já era usado em 1790 no sentido de "gama adequada de capacidade ou habilidade, ou de suficiência para lidar com o que está à mão".

Por sua vez, o termo, na área jurídica, passou a ser registrado, em 1708, no sentido da "capacidade ou aptidão para ser ouvido no tribunal"⁸.

Em nosso contexto atual de significação, a competição está presente nas mais diversas esferas da existência social, desde a competição romântica até às guerras entre as nações pela hegemonia política e econômica em nível mundial.

Em todas as áreas do trabalho é necessário qualificar-se para competir no mercado de trabalho. A Educação tem um aspecto duplo de competência ou competição. Por um lado, qualifica os futuros profissionais para as mais diversas funções e profissões. Por outro lado, ela mesma se constitui em um ramo do mercado de trabalho, e seus profissionais devem se preparar para exercer suas funções de forma competente, isto é, com qualidade, de tal modo que a Educação é uma área de amplo alcance, pois numa Universidade encontramos desde uma Faculdade de Música até às diversas áreas da Engenharia, áreas as quais se relacionam, pois sabemos que existe a Engenharia de Som: um órgão de tubos, como o da Catedral de Notre Dame, não deixa de ser uma grande obra de engenharia, e assim por diante.

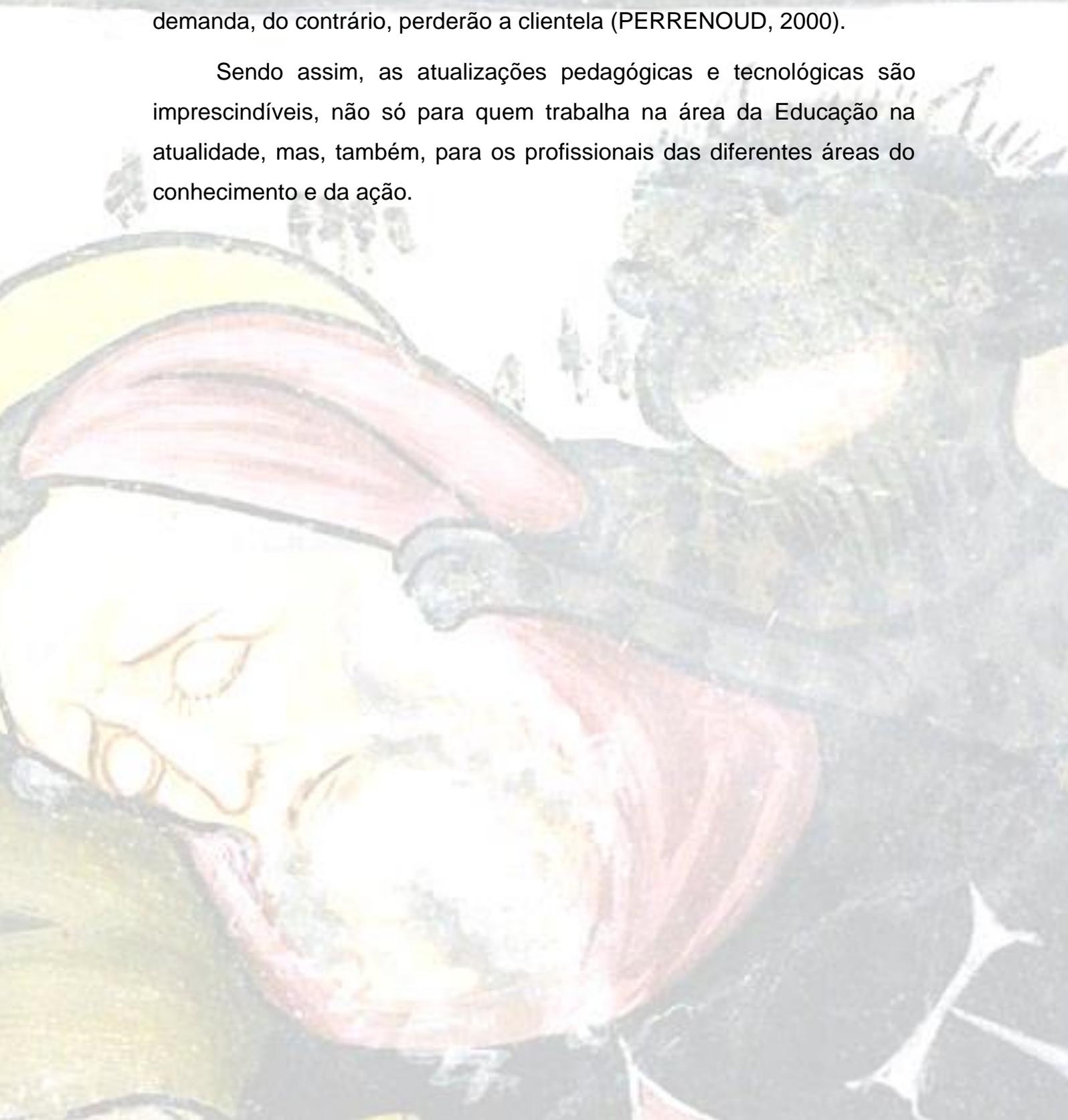
Enfim, corroborando a importância das novas tecnologias e suas aplicações na Educação, Perrenoud afirma que "o dever dos professores é inserir-se no universo dos alunos", os quais já nascem numa cultura midiática, e nessa cultura, "se a escola não se ligar, se desqualificará" (PERRENOUD, 2000).

Não é mais possível resistir aos avanços das Tecnologias da Informação. O próprio ensino de Informática passou a ser uma demanda do mercado, e as escolas, por mais idealismo que tenham, se não oferecerem um ensino que não seja útil na vida em sociedade, especialmente no trabalho, afirma Perrenoud, "corre um risco de

⁸ *Online Etymology Dictionary*, verbete "competence", in: https://www.etymonline.com/search?q=competence&ref=searchbar_searchhint (acesso em 02-01-2020)

desqualificação”, pois as crianças nascem e crescem numa cultura avançada tecnologicamente, e as escolas devem atender a essa demanda, do contrário, perderão a clientela (PERRENOUD, 2000).

Sendo assim, as atualizações pedagógicas e tecnológicas são imprescindíveis, não só para quem trabalha na área da Educação na atualidade, mas, também, para os profissionais das diferentes áreas do conhecimento e da ação.



REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Paulo de. Educação e trabalho no século XXI: desafios e compromissos. *Anais do I Simpósio Multidisciplinar*. S. Paulo: UNIFAI, 2002.
- BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. S. Paulo: Brasiliense: 1981.
- BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. Educação e novas tecnologias: um (re)pensar. 3. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.
- CASTELIS, Manuel. *A Sociedade em rede*. S. Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FERRETI, Celso João et alii. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- IANNI, Octavio. *A Sociedade global*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- MERCADO, Luís P. Leopoldo. *Formação continuada de professores e novas tecnologias*. Maceió: EDUFAL, 1999.
- MORAN, José Manuel et alii. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PERRENOUD, Phillipe. *10 Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Filosofia da Educação. Construindo a Cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

AMERICAN BUSINESS CORPORATIONS ANTES DE 1786¹

English Title: AMERICAN BUSINESS CORPORATIONS BEFORE 1786

doi> [10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p63-88](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p63-88)

BALDWIN, Simeon Eben²

RESUMO: O título deste artigo requer uma definição dos termos empregados. O assunto deve necessariamente ser examinado do ponto de vista estatístico, e as estatísticas têm pouco valor, a menos que a base sobre a qual são feitas seja declarada com alguma precisão. A frase "corporação comercial" será empregada para denotar apenas corporações formadas principalmente para promover empresas comerciais, seja pelo investimento de dinheiro como capital produtivo, seja pelo incentivo e facilitação de tais investimentos por parte de terceiros. O termo "americano" é usado de acordo com sua aceitação convencional neste país, restrito ao que pertence ao território incluído nos limites dos Estados Unidos.

PALAVRAS-CHAVE: História econômica, política, sociedade

ABSTRACT: The title of this article requires a definition of the terms employed. The subject must necessarily be examined from a statistical standpoint, and statistics are of little value unless the basis upon which they are made up is stated with some precision. The phrase "business corporation" will be employed to denote only corporations formed primarily to promote business enterprises, either by the investment of money as a productive capital, or by encouraging and facilitating such investments on the part of others. The term "American" is used in accordance with its conventional acceptance in this country, as restricted to what pertains to territory included within the limits of the United States.

KEYWORDS: Economic history, politics, society

¹ Texto publicado originalmente pela American Historical Review, volume 8, 1902-1903. Em função da relevância social, econômica e histórica de seus escritos, republicamos no calor da boa hora política brasileira, este texto, trazendo-o à memória de nossos estudantes universitários. Atualmente o original em inglês se encontra em regime de Domínio Público, em site brasileiro, disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mc000025.pdf>. Acesso em 16/10/2021. Optamos por manter o sistema de Notas de final de texto, e não no rodapé, conforme seu modelo original.

² Simeon Eben Baldwin (1840-1927). De convicções liberais, em 1969, se torna Professor de Direito, na Universidade de Yale. Um dos escritores mais exuberantes de seu tempo, antes de sua morte, ele trancou nove de seus diários em uma caixa de pão preto e a depositou na New Haven Colony Historical Society (da qual ele havia servido como presidente), com instruções para não abrir a caixa por cinquenta anos. A caixa foi aberta em julho de 1976, em uma reunião de parentes e descendentes. Charles C. Goetsch, da Harvard Law School, iria editar e publicar os artigos. O Sr. Goetsch publicou uma biografia de Baldwin, em 1981. Seu retrato, na página seguinte, foi retirado do site do Museum of Connecticut History: https://museumofcthistory-org.translate.goog/2015/08/simeon-eben-baldwin/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc.

INTRODUÇÃO

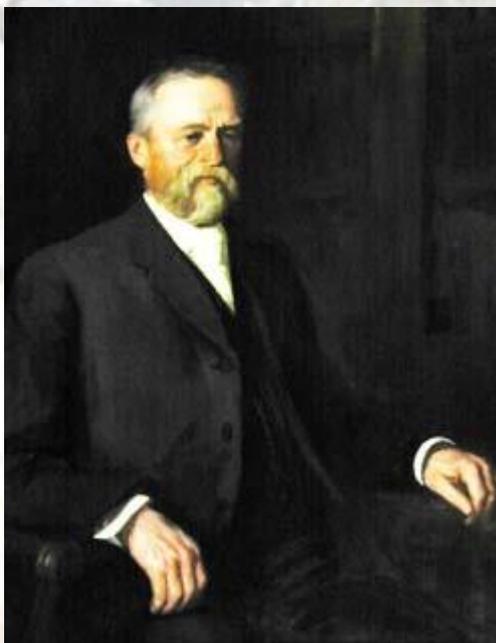
Nesta “Introdução”, o autor trata do ano de 1789, o qual, segundo ele, foi a época em que os EUA passaram a ser influenciado por novas condições sociais e políticas, numa onda de despertar sócio-político vinda da Europa.

Dentre as principais marcas do seu tempo, destaca-se o embate às antigas formas de autoridade centralizada, ao mesmo tempo em que criando um governo central forte, caminhando lado a lado com os governos locais.

Em 1789, estabeleceu-se, portanto, um sistema continental uniforme de administração política. Lembra o autor neste trecho, que os primeiros anos dessa independência política foram gastos para tornar a liberdade mais segura. Depois, o país se abriu para o investimento permanente de capital em grandes operações, inspirando a confiança do público em geral.

TEXTO ORIGINAL

The year 1789 has, of course, been selected as the close of the period to be considered because from that time on the country came under the influence of new social and political conditions. It was a year as one of the history. The France were slumber of a begin for pulling down centralized Congress of same time the United States at the same time was assembled at New York – a Congress which also exercised the functions of a constitutional Convention – to begin for the United States the work of building up a new form of centralized authority, that of a



strong central government with a narrow field, side by side with many strong local governments, each with a wide field.

For Americans, 1789 is the year when a uniform continental system of political administration was first set up with powers adequate for the due protection of rights of person and property.⁽¹⁾

During the colonial era all large business enterprises had been checked by our dependence on a country whose commercial interests were thought to be antagonistic to our own. The first years of our political independence had been spent in making independence secure. Then came as many more, darkened and confused by differences and rivalries between the states.

Not until the new government under our present Constitution came into active operation in the spring of 1789 was a fair field open for the permanent investment of capital in large operations with such an assurance of safety as could command general public confidence.

There is but one mode in which such operations can be conducted with lasting success. It is through some form of corporate organization. There must be a franchise from the state.

A business corporation consists of one or more persons authorized by law to use the name and to trade at the risk of another person. This other person is an artificial one, into whose hands is placed the precise amount of money which those who compose it are inclined to put at hazard. If it uses its talent well and makes a profit, they share it among themselves.

If it proves an unprofitable servant and cannot pay its debts, they lose, under the principles of the common law, only their original investment, and its creditors lose the rest. Nor is this unjust, for the creditor knew from the first that this artificial person could bind no one but itself.

DISCUSSÃO 1

Neste primeiro tópico de discussão, Baldwin recupera para o leitor, aspectos da formação societária norte-americana, sobretudo no que concerne ao modelo de pessoas jurídicas com capital aberto, lembrando, inclusive, que a constituição de associação empresária por ações, já conhecida em nossa história colonial, se fez notar nos mercados nascentes nos EUA, por meio dos bancos de terras de Massachusetts, nos quais se negociava anonimamente, sob o nome de uma empresa, daí, enfim, é que pode ter surgido as S/As (Sociedades Anônimas propriamente ditas).

TEXTO ORIGINAL

The joint-stock association, not unfamiliar in our colonial history, such as the Massachusetts land-banks, traded under a company name, but it was not the name of another person. It was not the name of any person, natural or artificial.

The statistics upon which this article is based are mainly derived from one of the recent series of "Yale Bicentennial Publications,"⁽²⁾ and they show that it was but a small part that the business corporation played in our industrial life before the adoption of the Constitution of the United States.

During the days of colonial government there were in all but six of these of strictly American origin or character. They came in this order:⁽¹⁾ The New York Company "for Settling a Fishery in these parts," 1675;⁽²⁾ The Free Society of Traders, in Pennsylvania, 1682;⁽³⁾ The New London Society United for Trade and Commerce, in Connecticut, 1732;⁽⁴⁾ The Union Wharf Company in New Haven, 1760;⁽⁵⁾ The Philadelphia Contributionship for the insuring of Houses from Loss by Fire, 1768;⁽⁶⁾ The Proprietors of Boston Pier, or the Long Wharf in the Town of Boston in New England, 1772.

A corporate character has sometimes been attributed to certain associations of the kind to which reference has been made, formed under a company name for business purposes in the seventeenth century. There seems, however, to be no sufficient evidence that any of these were more than great commercial partnerships. There can be no incorporation without authority from the sovereign power or from some one entrusted by the sovereign power with the right to grant such authority in its behalf. There can be no business corporation, in the ordinary and proper sense of that term, without a voluntary acceptance of corporate privileges so granted for business purposes. ⁽³⁾

In the foregoing list of colonial charters none has been included that was granted directly by the home government. That of the Massachusetts Bay Company, out of which soon grew the colony and province of Massachusetts, was an example of one type of these; the monopolistic charters of the Hudson's Bay Company and the Ohio Company, of another.

At the opening of the eighteenth century there were in England but three joint-stock companies under full charters for purposes of foreign commerce.⁽⁴⁾ America claimed one – the Hudson's Bay Company. This had a crown charter from Charles II, confirmed for seven years by act of Parliament in 1690.⁽⁵⁾ The Ohio Company, composed partly of Englishmen and partly of Virginians, was chartered in 1749 to promote a land speculation, and the Virginia assembly was compelled by the home government to make it a grant of 600,000 acres.⁽⁶⁾ The Susquehanna Company, formed about the same time (1743), which made the settlement at Wyoming out of which grew the short – lived county of Westmoreland in Connecticut, had no charter,⁽⁷⁾ although they sought one from the Crown, and with the full consent and approval of the Connecticut legislature.⁽⁸⁾ Like almost all the land companies of the eighteenth century,

it was a mere partnership.⁽⁹⁾ Some of these had nearly a thousand members; others, only two or three.⁽¹⁰⁾

There were numerous instances of the incorporation or quasi-incorporation of proprietors of lands by the colonies, for the purpose of improving their property by concerted effort. The earliest of these occurred in Massachusetts in 1652, when thirteen owners of land upon Conduit Street in Boston were incorporated (though with no company name) to enable them to supply houses on that street with water. Each had an equal share in the undertaking, which was successfully prosecuted.⁽¹¹⁾ Many quasi-corporations of more importance were subsequently formed in other colonies to promote the drainage of low lands.

DISCUSSÃO 2

Neste segundo tópico de discussão, autor continua sua explanação sobre a formação empresarial norte-americana, fazendo pender seu discurso para o ambiente das sociedades "marinhas", as quais foram também constituídas no interesse da navegação. Estas corporações, lembra, objetivavam se aproximar dos marinheiros de forma amigável, a fim de instituir formatos de auxílio mútuo e assistência.

Para Baldwin, estas talvez sejam as primeiras corporações sociais. Destaca-se neste quesito, o fato de que, das seis incorporações coloniais originárias deste sistema, duas pertencem ao século XVII e quatro ao século XVIII. A primeira, datada de 1675, uma empresa pesqueira de Nova York, foi licenciada pelo governador e conselho de Nova York, agindo em nome do Duque de York, nos termos liberais de sua patente, de 1664. O capital social foi dividido em ações do valor nominal de dez libras, o que, em suma, nos remeterá ao cerne da exposição do autor sobre as Sociedades Anônimas.

TEXTO ORIGINAL

Several "marine" societies were also incorporated in the interest of navigation, the main object of which was to bring seamen together in a friendly way for mutual aid and assistance in case of need. These I have regarded as social rather than business corporations. The province of Massachusetts incorporated three such.⁽¹²⁾ The first of these acts directed

the governor to issue a charter under the seal of the province. He had doubts as to his power to do this, and the question was ultimately referred to the official solicitor or counsel of the Lords Commissioners for Trade and Plantations, Richard Jackson. His opinion, given in 1774, was that as both the colonial and the provincial charters conferred full powers of legislation, this included a power to incorporate.⁽¹³⁾ Mr. Jackson was a dissenter, owned lands in New England, had been the colonial agent of Connecticut, and had recently received the degree of Doctor of Laws from Yale College, a corporation chartered by that colony.⁽¹⁴⁾ The point in dispute could hardly have been submitted to one whom circumstances would more naturally dispose to a favorable judgment. A very different opinion had been announced by the crown lawyers in the preceding century, when the incorporation of Harvard College was set up as one of the grounds for vacating the Massachusetts charter.

Of the six colonial incorporations in the list which has been given, two belong to the seventeenth and four to the eighteenth century. The first, dating back to 1675 a New York fishing company, was chartered by the governor and council of New York, acting for the Duke of York under the liberal terms⁽¹⁵⁾ of his patent of 1664. The capital stock was divided into shares of the par value of ten pounds.⁽¹⁶⁾ This was under the administration of Governor Andros.

Governor Dongan, in 1684, was authorized to promote the formation of another to engage in the eastern fisheries at Pemaquid, and, as he subscribed £100 in the name Of the Duke to the capital stock of such a company, there being other subscriptions to the amount of £2,400 more, it is probable that a charter of incorporation was granted, but it does not appear that any organization was ever effected.⁽¹⁷⁾

The Free Society of Traders in Pennsylvania was chartered by Governor Penn soon after he had obtained his patent, and it received extraordinary privileges. It was in furtherance of a scheme for a land as

well as a trading speculation, and the corporation was invested with the lordship of the manor of Frank, and the right to have three representatives in the provincial council or assembly.⁽¹⁸⁾

The subscription agreement was drawn up in March, 1682, in London, where the patent, or grant of incorporation, had been issued,⁽¹⁹⁾ and the first officers were elected there;⁽²⁰⁾ but it was to be distinctively an American company,⁽²¹⁾ with its seat at the capital of Pennsylvania, where all its meetings after the first were forever to be held.

A capital stock of £75,400 was subscribed under date of April 26, 1682.⁽²²⁾ At all meetings, subscribers for £50 were to have one vote, those for £100, two votes, and those for £300 or over, three votes; provided that no one could cast over one vote unless he resided in Pennsylvania or owned 1,000 acres of inhabited land there.

The articles of association under the patent provided that the first general assembly held in Pennsylvania should be asked to ratify it. Of that assembly, which met in December, 1682, Dr. Nicholas More, the first president of the society, was chosen speaker,⁽²³⁾ but it does not appear from its records that any application was made either then or later for any such legislation.⁽²⁴⁾ The society had evidently settled on a different course. Governor Penn had made large sales of lands in his new province early in 1682.

After the society had been incorporated and shortly after the grant of the charter of April 25, 1682, the leading purchasers of these lands had met in London (May 5, 1682) and with Penn's consent had adopted certain provincial "Laws." One of the articles (Art. XXXI.) expressly ratified the charter of the society. Another provided that none of these laws should ever be altered except by the concurrence of the governor and six-sevenths "of the freemen met in Provincial Council and General Assembly."⁽²⁵⁾ After this the Free Society was free of the assembly.

On the last day of the first session of that body a debate arose "touching the Power of the Society of Traders in Philadelphia," which resulted in the appointment of two members of the assembly to confer with the governor as to Article XXXI,⁽²⁶⁾ but nothing came of the attack. His eldest son and many of his friends were large stock-holders; the society itself had bought 20,000 acres of land from him;⁽²⁷⁾ and the money which it proposed to invest in the new settlement made it a valuable auxiliary in the development of his commercial plans.

Like most trading companies, its promise was greater than its performance. A letter from James Claypoole, its first treasurer, written from London to his brother, July 14, 1682, speaks with great confidence of its flattering prospects and assures him that he can safely recommend its shares as an investment. "We could very well," he writes, "employ 20,000 pounds It may come to be a famous company."⁽²⁸⁾ A great trade with the natives was anticipated, and this letter refers to a missive to be dispatched by order of the society by a special messenger, bearing suitable presents, to the "Emperour of Canada." This document had been already prepared. It was written on parchment, under the seal of the society and the hand of the president at London, June 19, 1682, and begins thus:

Friend. I have sent you this Letter and Messenger to let you know that I am elected President of the Free Society of Traders of Pennsylvania and, as I am such, have the Power and Free Consent of all these good men to treat with you, your Kings, and your people in all things pertaining to Trade.⁽²⁹⁾

The society secured 400 acres of land within the city liberties of Philadelphia. Part of this ran from river to river, fronting on a street near where Pine Street now is⁽³⁰⁾ It set up, in 1683, a tannery and a grist-mill, and in 1684 a saw-mill and a glass factory.⁽³¹⁾ No manorial rights were

ever exercised,⁽³²⁾ and the provincial charter of April 25, 1682, made no provision for representation of the society in the provincial council.

The first session of that body was held on March 10, 1683, and it is significant that at the next, two days later, "Nicholas Moore, President to the Society of Free Traders in this province," was brought before it on a charge of having said in a public house that at the first meeting the council had broken the charter and might be impeached for treason.⁽³³⁾ He denied having said quite this, but evidently had come dangerously near it, and it is not improbable that one of the causes of his remarks was dissatisfaction at the manner in which the charter of the society had been disregarded in that of the province and in the actual composition of the council.

What of its capital stock did not go into land was invested in cargoes of English goods. They were sold at a great profit, but on trust. The purchasers failed to pay, and on May 29, 1684, the treasurer of the society (who was a Quaker and opposed to lawsuits) wrote, "we have neither credit nor money, and now must sue people at law or be forced to loose all." "I am so weary," he adds, "of the Society's business that I will get clear as soon as I can."⁽³⁴⁾

DISCUSSÃO 3

Neste ponto do texto, Baldwin é meticuloso em pormenores históricos, sobretudo quanto aos eventos de sucesso e de fracasso das empresas, tais quais uma que viera para a Nova Inglaterra, a New London Society United for Trade and Commerce. Ressalta o autor, que a história desta empresa na Pensilvânia foi esboçada em detalhes.

Contudo, lembra, teve uma breve e meteórica carreira em Connecticut, sendo logo transformada por seus promotores em um banco de terrenos. Nos permitimos afirmar, diz o autor, que esta foi a primeira e a última empresa exclusivamente comercial fretada na colônia.

TEXTO ORIGINAL

In a few years the society went practically out of business, except as an owner of real estate. There were no dividends, and some of the English shareholders applied in August, 1704, to the provincial council for an order that the managing officers render an account. It seems to have been difficult to discover who these were, for the council "ordered that Benjamin Chambers, said to be late President of the said Society,"⁽³⁵⁾ produce its books. A letter of Penn, written in February, 1705/6, refers to the society in a way which indicates that it had been used by his steward, Philip Ford, who was one of its original promoters, as one of his instruments for bringing the governor into his debt.⁽³⁶⁾

We hear no more of its doings until 1721, when a bill was passed by the provincial assembly to wind up its affairs and distribute among its shareholders what might remain. The governor, Sir William Keith, refused his assent on the ground that the proceeding was an irregular and ex parte one. Subsequently, on March 2, 1722/3, it was reenacted with certain amendments suggested by him, and trustees were appointed, who sold out its property and distributed the proceeds.⁽³⁷⁾ So passed out of existence, after a struggle of forty years against adverse circumstances, the most important of the colonial incorporations.

Nine years later came the first New England charter, that of the New London Society United for Trade and Commerce. The history of the Pennsylvania company has been sketched at length because that task, it is believed, has not been attempted before., That of the brief but meteoric career of the Connecticut company, which was soon turned by its promoters into a land-bank, may be dismissed with a word, for it has been often told,⁽³⁸⁾ and fills a large place in the colonial records.

It was the first purely trading company chartered in any colony,⁽³⁹⁾ and the last. Not even a joint- stock association for business purposes of

more than six persons, the shares in which were transferable, could be formed here after 1741, when the Bubble Act of 1720 was extended over the American colonies by act of Parliament.⁽⁴⁰⁾

The charter for the Union Wharf in New Haven, granted in 1760,⁽⁴¹⁾ was for the encouragement of what was really a matter of public enterprise. New Haven had a shallow harbor. A long wharf was indispensable for the development of its trade. A few public-spirited citizens had begun the work, but death had lessened their number, and the heirs of those who had passed away took little interest in the project. To give permanence to the undertaking and enable the majority of the owners to enforce proper repairs a charter seemed necessary, and it proved effectual.⁽⁴²⁾

The Pennsylvania insurance charter of 1768⁽⁴³⁾ was the outcome of a scheme primarily designed to secure householders against risk by fire, rather than to open an avenue for profit on invested capital. It gave corporate form to what for sixteen years had been in existence as a voluntary association for mutual protection. The original plan was to issue seven-year policies on deposit of a gross premium. The interest on this belonged to the company: the principal remained the property of the depositor, subject only to the risks of the business. At the end of the seven years' term, the proportion of the losses and expenses of the company which this deposit ought equitably to bear was determined, and a new start made on the basis of this account. Each depositor was liable to his fellow-members for losses to the amount of his deposit and half as much more.

As policies were issued only to members, this limitation of his personal loss could be effectually made. In fact, it was a kind of private club. The members held monthly meetings, and if any one failed to attend he was fined for his absence, the fines thus received being applied to setting up mile-stones on the roads leading into the city.⁽⁴⁴⁾

Like so many of the new things of his day, this company was set on foot by Dr. Franklin, who headed the original list of its board of directors. It is still one of the active business corporations of Philadelphia, and among the most important, having accumulated assets of the value of about five millions, and carrying risks' of a proportionate amount. In its first year the total insurance effected was only about \$108,000, and the sums deposited for premiums amounted to 51, 291.⁽⁴⁵⁾ It has been treated in this paper as a business corporation because it grew to be one in common course by natural development. For a long period it allowed its surplus assets to accumulate, and it was made a question whether it could do otherwise. This question was finally brought, in 1895, before the courts, and it was decided that dividends could be lawfully declared in favor of the members, if the directors saw fit.⁽⁴⁶⁾ Since that time it has been in every sense a business concern.

The last charter in our list, that of The Proprietors of Boston Pier, or the Long Wharf in the Town of Boston in New England, granted in 1772⁽⁴⁷⁾ was justified by a condition of things similar to that at New Haven, and proved equally efficacious in securing the end in view.

Pennsylvania also chartered in 1759 what was in effect a life insurance company for a limited class, styled the Corporation for the Relief of Poor and Distressed Presbyterian Ministers, and of the Poor and Distressed Widows and Children of Presbyterian Ministers. This is still in existence and has done a useful work. Its main design, however, being charitable, it has not been included in the list of colonial incorporations.

Nor does the New York Chamber of Commerce appear there, for though it may fairly be regarded as a business corporation it is not unquestionably of colonial origin. Those who associated to constitute it received on March 13, 1770, a patent running in the name of the Crown, though under the seal not of the realm but of the colony of New York.

The grant having this form and being made, as it recites, "for the laudable purpose of promoting the trade and commerce of our said Province," at a time when the trade relations of Americans with the mother-country were greatly strained, and the public had been thinking of boycotting English importations more than of increasing them, was made the subject of a confirming act by the legislature of New York in 1784.⁽⁴⁸⁾

There was then no Dartmouth College case⁽⁴⁹⁾ to settle the doctrine that a charter from the Crown, whether directly or through a provincial governor, was as good after the Revolution as it was before. The chamber, therefore, rightly claims 1770 as the real date of its incorporation, which makes it the oldest in any English-speaking land. That of Glasgow comes next, in 1783, and then that of Edinburgh in 1785. The London Chamber was founded only twenty years ago.

It was not until near the close of the War of the Revolution that the first business corporation owing its franchise purely to American sovereignty came into existence. The country was driven to it by hard necessity. The summer of 1780 found the army without rations, and the Continental currency sunk to a value of hardly two cents on the dollar.⁽⁵⁰⁾ As a temporary expedient, a voluntary association of capitalists was formed at Philadelphia to establish a private bank to aid the credit of the United States, and £300,000 in Pennsylvania currency was subscribed for this purpose.⁽⁵¹⁾ The bank was found useful,⁽⁵²⁾ and on May 26, 1781, soon after the ratification of the first Constitution of the United States, Congress voted to grant a charter for a "national bank" on a plan proposed by Robert Morris, as soon as a capital of \$400,000 should be subscribed, payable in hard money. The par value of each share was \$400.

By the close of the year \$70,000 was so subscribed, and those who had made advances to the government through the voluntary association of the year before were ready to take the rest as soon as repaid by the

United States. This payment Congress found it difficult to make, and at last Morris, now the Continental Superintendent of Finance, proposed that he in behalf of the United States should subscribe for the balance not yet taken. This suggestion was adopted. He subscribed in this way for about a quarter of a million of the stock, all of which, within the next two years, was disposed of to private individuals.⁽⁵³⁾

It was upon this basis that Congress, on December 31, 1781, treated the subscriptions as full, and "The President, Directors and Company of the Bank of North America" were finally incorporated. The capital could be increased at the pleasure of the directors to any amount not exceeding \$10,000,000. The bank's notes were to be receivable for public dues, state and federal, and Congress recommended to each state the enactment of a law that no other bank or bankers should be established or permitted to do business within its limits during the continuance of the war.⁽⁵⁴⁾

It proved a profitable as well as a patriotic enterprise. Almost immediately it began to make dividends of 13 and 14 per cent a year, and under an ancillary charter obtained from Pennsylvania in 1787 it still exists, with a capital of \$1,000,000, and a surplus of nearly twice that sum.⁽⁵⁵⁾ In 1782, such ancillary charters, with the monopoly provision recommended by Congress, were granted by Massachusetts, New York, and Pennsylvania. That from Pennsylvania was repealed in 1785 but reenacted two years later. Meanwhile, in 1786, the bank had obtained incorporation from Delaware.

This action of Pennsylvania in 1785 was dictated by a jealousy of corporations formed for private profit, which was characteristic of both English and American sentiment down to the early part of the nineteenth century and was not dissipated in either country until free incorporation began to be offered on equal terms to all, by general laws to that effect.

The long colonial era, then, brought forth but six American business Corporations. The thirteen years of sovereign statehood under the Confederation produced twenty, and the Confederation itself gave birth to one. But during the eleven years that remained of the eighteenth century just two hundred more came into existence, the United States here again incorporating one – the first Bank of the United States, greatest of all, unum sed leonem.

The first of the state charters for an independent enterprise of real magnitude was given by Massachusetts. By reincorporating the Bank of North America she had confirmed its monopoly of the banking business within her limits during the Revolutionary War. As soon as she was freed from this obligation by the treaty of peace, she chartered (in 1784) the Massachusetts Bank of Boston. Its original capital was \$300,000, the par value of each share being \$100. Although without any express authority to that effect, it began at once to issue circulating bills.

Eighty years later it became a national banking association, as which it still exists. It is worth noting that during its long life as a state bank it issued and redeemed bills to an aggregate amount of over four and a Half millions of dollars, and that one half of one per cent. of the total issue were never presented for redemption.⁽⁵⁶⁾

One mining company was incorporated in the same year in Connecticut, to work the beds of iron ore in Litchfield county. Pennsylvania chartered the Agricultural Society of Philadelphia in 1785. Washington wrote of this charter to James Warren:⁽⁵⁷⁾ "The Agricultural Society lately established in Philadelphia promises extensive usefulness, if its objects are prosecuted with spirit. I wish most sincerely that every State in the Union would institute similar ones."

A mutual insurance company was also chartered in the same city in 1786. This had been organized two years previously as a voluntary association, and for a singular cause. The house of a member of the

"Philadelphia Contributionship" society had taken fire in 1783 from a burning shade-tree. That society thereupon refused to take any new risks on houses surrounded with shade-trees, except at an extraordinary rate of premium. The new company was formed by those favoring a more liberal policy, and took a green tree for its corporate symbol.⁽⁵⁸⁾ Of the remaining corporations, one was the New York Chamber of Commerce, already described; another was the Associated Manufacturing Iron Company, chartered by the same state in 1786;⁽⁵⁹⁾ three were formed for building bridges, and eleven for the improvement of navigation by deepening river channels or constructing canals.

Of the eleven navigation improvement companies two were really one. The Potowmac Company received similar charters from both Virginia and Maryland in 1784, and was the first of the interstate commercial corporations since so common. It grew out of a voluntary organization for the same general purposes, known as the Potomac Company, or the Potomac Canal Company, which had been in existence since 1762,⁽⁶⁰⁾ but had accomplished comparatively little. Washington had been one of the chief promoters until called to the command of the Continental army. Soon after the close of the Revolution he made known his opinion that Maryland and Virginia must unite in creating a corporation for this purpose, unless they made it a public undertaking.

He urged upon the attention of the governor of each of these states the necessity for such charters, and put in a strong light the improvements in the navigation of the Potomac that were possible and the great benefits that would result to the whole country from them. "The Western States," he wrote to Governor Harrison of Virginia on October 10, 1784, "stand as it were. upon a pivot.

The touch of a feather would turn them any way." If the trade of the interior was to flow through the Great Lakes to the St. Lawrence, it would be to benefit Canada: if it followed the Mississippi, it would be to benefit

Spain. Improve their connections with the Atlantic states, and the country would be bound together by fresh ties.⁽⁶¹⁾ The term "Western States" was used in this letter, no doubt, to describe the new "distinct states," ten in number, into which Congress in the preceding April had resolved to divide the western territory of the United States.⁽⁶²⁾ The word "territory" had not then been adopted as a designation of a political community.

CONCLUSÕES

Ao finalizar seu artigo, Baldwin lembra que o regramento jurídico para os atos de negócios realizados em Washington sempre foi sensato.

Repercute, ainda, o fato de que a criação da Potowmac Company marcou um distinto avanço no progresso da ciência política. "Nunca antes na história do mundo duas soberanias distintas se uniram em tal passo", acentua o autor.

Ali estavam, diz ele, os mesmos indivíduos que mantinham relações políticas semelhantes com diferentes governos, constituídos em cada um deles uma pessoa artificial, lidando sob um mesmo nome com propriedades em cada um e, em cada um deles, sujeitos à supervisão de suas autoridades.

O caminho nessa direção havia sido aberto pela incorporação do Bank of North America, dois anos antes pela Pensilvânia e por Nova York, mas isso foi um reconhecimento ou afirmação de sua franquia continental, e não uma tentativa de constituir uma corporação consolidada.

TEXTO ORIGINAL

Washington's business judgment was always sound, and he was quick to see a business opening. During this same year he was engaged in negotiations for the purchase, in company with Governor George Clinton, of what he termed "the mineral spring at Saratoga," but. one of any importance (what is now the High Rock spring) being then known to exist.⁽⁶³⁾ He was also looking carefully into the merits of James Rumsey's plan and model for a boat which could ascend a river by the aid of the water itself, and he called it to Governor Harrison's attention in the letter

from which a quotation has been made, as bearing upon the prospects of the proposed canal.

"I consider," he wrote, "Rumsey's discovery for working boats against the stream, by mechanical powers principally, as not only a very fortunate invention for these States in general, but as one of those circumstances which have combined to render the present time favorable above all others for fixing, if we are disposed to avail ourselves of them, a large portion of the trade of the Western country in the bosom of this State irrevocably."⁽⁶⁴⁾ Harrison laid this letter before the Virginia assembly, and it resulted in a request from that body, after the enactment of the Virginia charter, that Washington and General Gates, as its representatives, would go to Annapolis and endeavor to secure one similar in form from Maryland. They at once proceeded on their embassy, and with entire success.⁽⁶⁵⁾

The creation of the Potowmac Company by the concurrent action of different states marked a distinct advance in the progress of political science. Never before in the history of the world had two distinct sovereignties united in such a step. Here were the same individuals sustaining similar political relations to different governments, constituted in each an artificial person, dealing under one name with property in each, and amenable in each to the supervision of its authorities. The way in this direction had been opened by the incorporation of the Bank of North America two years before by Pennsylvania and New York, but that was a recognition or affirmation of its Continental franchise rather than an attempt to constitute ab ovo a consolidated corporation.

The charter of the Potowmac Company was followed, in 1785, by that of "The Corporation for the Relief of the Widows and Children of Clergymen in the Communion of the Church of England in America," granted in substantially identical terms by New York, New Jersey, and Pennsylvania.⁽⁶⁶⁾

This experiment, in the outcome, proved less satisfactory. While of the nature of a life-insurance company, it served also and primarily a charitable purpose, and there were too many occasions in the administration of its affairs for the dashing of local interests. In 1797, it was divided up into three corporations, one chartered by each of the three states concerned.

As to another of the Virginia corporations of this period, however, the plan of interstate incorporation was again tried, and with better results. This was the Dismal Swamp Canal Company,⁽⁶⁷⁾ which Virginia incorporated in 1787, and North Carolina, in 1790.

It will be observed that the latter date belongs to the period following the adoption of our present national Constitution. The provision in that instrument (Art. I., §10) that no state shall without the consent of Congress enter into any agreement or compact with another state was thought by many to forbid the formation of any corporation by the concurrent legislation of different states. To this may be attributed the rarity of such charters until within the last quarter of a century, when it was settled by judicial decisions that the constitutional prohibition referred only to agreements or compacts of such a nature as to change the political relations of one state to another or to the United States.⁽⁶⁸⁾

It is easy to see why the American colonies created so few business corporations. It is, at least, doubtful whether the colonial assemblies had a right to create any. The patentees under the earliest grants, so far as they had the power, had little inducement to use it. No trading charter in those days was thought worth having unless it carried a monopoly,⁽⁶⁹⁾ and patentees who had secured a general monopoly for themselves within a certain territory were naturally indisposed to share it with others.

The causes for the paucity of state charters between 1776, and 1789 are not to be so readily assigned. It was not for want of money to

invest. There were belbre the Revolution and throughout the Revolution large fortunes held by Americans. Others were accumulated because of the Revolution, and some of them from government contracts for supplies and munitions of war, in the execution of which considerable capital was required, and which involved heavy personal risks, against which a corporate franchise would have been a convenient shield.

Nor are corporations especially the agents of the rich. It is the man with five hundred or a thousand dollars to invest to whom they are the greatest boon. Before the Revolution such a person had been apt to put his money into a share in a ship or a share in a land company. During the Revolution and for many years after its close, he did the same. In the roll of twenty shareholders iu the Georgia Company of 1795, which made the famous Yazoo purchase, but one man, James Wilson, appears as a subscriber of over £2,000, and two put in £200 or less.⁽⁷⁰⁾ Both the small and the large capitalist would have been glad to make his investment under the protection of a charter, but neither wished a charter that did not protect.

The commercial policy of each of the new states was at the outset a narrow and selfish one. This was a natural outgrowth of colonial conditions. The tendency of legislation as to matters of intercolonial interest had been, and as to those of interstate interest was, towards what was unfriendly. The prevalent note was retaliation rather than reciprocity. All this gave little assurance that a franchise from one state would be respected in another.

The Articles of Confederation, when they were framed, provided (Art. IV, § 1) that the people of each state should have free egress to and from any other state and enjoy therein all the privileges of trade and commerce, subject to no other restrictions than those imposed upon its own inhabitants. This gave no rights to corporations. Indeed, it was probably worded with a view, in part, of preventing any which might be

created with exclusive trading privileges from claiming them to the prejudice of citizens of other states. It was this state of things, no doubt, which influenced Madison's twice-repeated proposition in the Constitutional Convention of 1787 to confer on Congress the power "to grant charters of corporations in cases where the public good may require them, and the authority of a single state may be incompetent." Pinckney desired to go further and give a general power to this effect without limitations. The discussion which followed in the Convention went to the bed-rock of the whole matter.

Madison stated that his primary object was to secure the easy communication between the states which the free intercourse now to be opened seemed to call for. Political obstacles had been removed; natural ones should be. Wilson urged the importance of canals to connect the east and the west. Rufus King declared that the states would be prejudiced and divided by the grant of any such power. It might be used to set up banks or create monopolies. At Mason's instance, the proposition was confined to granting power to charter canal companies, and it was then defeated by eight states to three.⁽⁷¹⁾

In ratifying the Constitution, four states (Massachusetts, New Hampshire, North Carolina, and Rhode Island) recommended that it be amended by a provision that Congress should erect no company (or no company of merchants) "with exclusive advantages of commerce," and New York asked for a further prohibition of all grants of monopolies.⁽⁷²⁾

Attempts to carry such measures were made in the first Congress, and renewed in 1793, but without success.⁽⁷³⁾ It was in the apprehension that these proposals indicated where, in truth, lay the great barrier of all to the multiplication of business corporations under the political conditions then existing. The people, as has been already said, were afraid of them. As they reviewed their history in England, they saw that a monopoly had

walked in the shadow of each. They were in their very nature embodiments of special privileges.

In 1784 the leaders of each of the great parties, which were already forming, were before the New York legislature with petitions for bank charters. Chancellor Livingston sought one for a land-bank; Hamilton another for one of discount and deposit.⁽⁷⁴⁾

We may be sure that political influence was not wanting to back these petitions. Log-rolling was not then unknown. Both, however, were rejected, and although Hamilton and his associates had gone so far that they proceeded to set up business as a voluntary -association by the name of the Bank of New York, no charter could be got for it until 1791.

The public jealousy of corporations against which Hamilton and Livingston could avail nothing in New York was felt, though not everywhere with equal force, throughout the Union. There was but one thing that could effectually remove it. That was to remove the cause.

To deprive the corporate franchise of the character of a special privilege and make its possession free to all – this was to be the next great step in the evolution of American combinations of capital for business purposes. North Carolina had been one of the sturdiest upholders of the rights of the people. She had unwillingly acceded to the establishment of a national government.

She had failed to convince Congress that it ought to ask the people to forbid it to grant monopolies. In 1795 she struck out into a new field for herself and gave the modern world an object-lesson in political science. For the first time since the beginnings of the Roman Empire,⁽⁷⁵⁾ a sovereign state offered incorporation for business purposes to any who desired it, freely and on equal terms.

As became a government venturing on so novel an experiment, she confined her offer to a single class of business enterprises – the

construction of canals; but she gave a generous franchise, including the right of eminent domain, providing only that the works should become public property whenever the shareholders should have received their capital with interest at six per cent.⁽⁷⁶⁾

The example thus set was soon imitated by other states, and the vast number of business corporations formed under general laws that the nineteenth century brought forth to change the face of the United States witnesses the wisdom of making freedom of incorporation one of our fundamental political institutions.

NOTES:

1. See John Marshall's observations on this point in his *Life of Washington*, V. 87.
2. *Two Centuries of Growth of American Law*, 296--311.3. Op. cit., 268-272.
4. Anderson, *Hist. of Commerce*, II. 598. Another American charter had been granted in 1692 for "The Company of Merchants of London Trading to Greenland," but little was ever done under it.
5. Winsor, *Narr. and Critical Hist. of America*, VIII. 5, 9.
6. Winsor, op. cit., V. 570; Hildreth, *Hist. of the U. S.*, II. 433
7. *The Susquehanna Title Stated and Examined*, 33-35.
8. Col. Rec. of Conn., X. 378.
9. See Abraham Bishop, *Georgia Speculation Unveiled*, 43.
10. *Documents accompanying the Report of the Commissioners on the Georgia Mississippi Territory*, 1803, 29, 43.
11. Davis, "Corporations in the Days of the Colony," *Publications of the Colonial Society of Mass.*, Vol. I.
12. In Boston, Salem, and Marblehead.
13. *Acts and Resolves, Public and Private, of the Province of the Massachusetts Bay*, III. 708; V.191, 288.
14. *Literary Diary of Ezra Stiles*, I. 315, 412; III. 266.
15. *Docs. Relating to the Colonial Hist. of N. Y.*, II. 296.
16. Ibi
- d., III.
- 234.
- 17.

Ibid.,

349,

355

18. *Two Centuries of Growth of American Law*, 305; see also *Colonial and Provincial Laws of Pa.*, 473; *Pa. Stat. at Large*, ed. 1899, III. 345; *Col. Rec. of Pa.*, II. 154; III. 158.

19. *Minutes of the Provincial Council of Pa.*, I. 40 (An. 31); Hazard, *Register of Pa.*, I. 396.20. May 29, 1682.

21. It styled itself the Free Society of Traders in Pennsylvania (Winsor, *Narr. and Critical Hist. of America*, III. 498).

22. *Pa. Magazine of History and Biography*, V. 37; XI. 175.

23. *Collections of Hist. Soc. of Pa.*, I. ,96; Winsor, *Narr. and Critical Hist. of America*, III. 485.

24. The records of the early assemblies are incomplete. *Votes of Assembly*, I. 60, Appendix xiv.

25. Poore's Charters and Constitutions, II 1526; *Votes of Assembly*, I. xxxv. The assembly, however, did reenact at least one of these laws, which were styled in its records the "printed constitutions" in contradistinction from certain proposed laws styled "written constitutions." Ibid., 5.

26. *Votes of Assembly*, I. 4.

27. *Pa. Archives*, I. 44.

28. Manuscript letter-book of James Claypoole in library of Hist. Society of Pa. It was begun in London and finished in Philadelphia.

29. Hazard, *Register of Pa.*, I. 394, 397.

30. Proud, *Hist of Pa.*, I. 191, 246, 264; Lewis, *Essay on Original Land Titles in Phila.*, 109, 118,170.

31. Letter-book of Claypoole, May 29, 1684.32. Lewis, op. cit., 220, 224.

33. *Minutes of the Provincial Council*, I. 58.

34. Manuscript letter-book of James Claypoole.

35. *Col Records of Pa.*, II. 153.

36. *Memoirs of the Hist. Soc. of Pa.*, X. 108.

37. *Votes of Assembly*, II. 290 294, 361; *Colonial Records of Pa.*, III. 138; Shepard. *History of the Proprietary Government of Pa.*, 45; Scharf and Westcort, *Hist. of Phila.*, I. 202.

38. Caulkins, *Hist. of New London*, 242; Bronson, *Hist. of Continental Currency*, etc., in *Papers New Haven Colony Hist. Society*, I. Part II., 42; Baldwin, *Modern Political Institutions*, 185; Davis, *Currency and Banking in the Province of Mass. Bay*, Publications of the Am. Economic Association, 3d Series, Vol. II. Part II., 102 (much the fullest account).

39. *Col. Rec. of Conn.*, VII. 421

40. See *Publications of the Col. Soc. of Mass*, III. 27.

41. *Col. Rec. of Conn.*, XI. 400.

42. Trowbridge, *History of Long Wharf in New Haven*, in *Papers of the New Haven Col. Hist. Soc.*, I.83.

43. *Laws of Pa.*, Smith and Reed's ed., I. 279.

44. Bolles, *Industrial History of the United States*, 823.

45. Scharf and Westcort, *History of Philadelphia*, III 2114.

46. McKean v. Biddle, 181 *Pa. State Reports*, 361.
47. *Acts and Resolves, Public and Private, of the Province of the Massachusetts Bay*, V. 200, 262, 288.
48. *Laws of New York*, ed. of 1792, l. 80, chap. XXX.
49. Dartmouth College v. Woodward, 4 *Wheaton's Reports*, 518.
50. Sumner, *Life of Robert Morris*, 41. 51. *Ibid.*, 79.
52. *Journals of Congress*, VI. 66, 126, June 21, 22, Sept. 15, 1780; VII. 8, Jan. 4, 1781.
53. *Works of James Wilson*, ed. of 1896, l. 552; Sound Currency Tracts: L. Carroll Root, *The First United States Bank*, 3.
54. *Journals of Congress*, VII. 87, 197, May 26, Dec. 31, 1781
55. Sumner, *Life of Robert Morris*, 102; *Hist. of Am. Currency*, 50. A monograph was issued by the bank at the close of its first century of existence, giving a history of its origin and growth.
56. Sound Currency Tracts: Carroll Root, *New England Currency*, 3.
57. Oct. 7, 1785. *Writings of Washington*, Sparks's ed., IX. 139, 141.
58. Bolles, *Industrial History of the United States*, 824.
59. *Harvard Law Review*, II, 165. Paper by Samuel Williston on "The Law of Business Corporations before 1800."
60. Pickell, *Hist. of the Potomac Co.*, 44, 64.
61. Marshall, *Life of Washington*, V. 12-18; *Writings of Washington*, Sparks's ed., IX. 31, 58, 65, 112, 115.
62. *Journals of Congress*, IX. 153, April 23, 1784.
63. *Writings of Washington*, Sparks's ed., IX.
64. *Ibid.*, 58, 68, 104.
65. *Writings of Washington*, Sparks's ed., IX. 82, 91.
66. The same organization had held a patent of incorporation from the proprietaries of Pennsylvania since Feb. 7, 1769. Bolles, *Industrial History of the United States*, 837.
67. I am informed by Dr. Kemp P. Battle that Washington was a stock-holder and that it constructed a canal which proved profitable.
68. *Baltimore and Ohio R. R. Co. v. Harris*, 12 *Wallace's Reports*, 65, 82; *Virginia v. Tennessee*, 148 *United States Reports*, 503, 519.
69. See Adam Smith, *Wealth of Nations*, III., Book v., chap. I., 145, 146.
70. *Documents accompanying the Report of the Commissioners on the Georgia Mississippi Territory*, 1803, 37.
71. Madison's *Journal*, Scott's ed., 549, 55, 725, 726. Cf. Hamilton's opinion on the constitutionality of a United States bank, *Works*, IV. 116, 134.
72. *Journals of Congress*, 13, 167, 172, 182, 189; Elliot's *Debates*, I. 336.
73. *Report of Am. Hist. Ass'n for 1896*, Pt. II., 253.
74. *Works of Hamilton*, l. 414. Up to 1795 general incorporation laws had been restricted to the formation of charitable, religious, or literary corporations. Baldwin, *Modern Political Institutions*, 148, 174, 193, 194
75. *Laws of North Carolina*, ed. 1821, l. 769.

FALA SÉRIO! – QUE IDEOLOGIA É ESTA? – FAVORÁVEL ÀS MULHERES É QUE NÃO PARECE SER – 20/12/2021¹

English Title: WHAT IDEOLOGY IS THIS? – FAVORABLE TO WOMEN IS THAT IT DOESN'T SEEM TO BE

doi▶ [10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p89-91](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p89-91)

PESSOA, Marcelo²

Eu que acreditava que não escreveria mais nada neste ano de 2021, fui compelido, pela Rede GLOBO de Televisão, a retomar a arte deste ofício.

Na data de 19/12/2021, domingo, em matéria exibida pelo FANTÁSTICO, a GLOBO veiculou uma matéria-debate sobre aquilo que seriam as “necessidades de masturbação das mulheres” que beiram os 50 anos de idade.

Ao ver o conteúdo, estranhei que tão elevado grau da intimidade feminina fosse assim, aberta e despidoradamente, colocado ao público geral, fazendo com o que, até então, dizia respeito a uma particularidade do comportamento humano, se tornasse objeto de interesse e de preocupação social ampla.

Usaram para tal exposição, inclusive, a atriz Andrea Beltrão, que, na novela “Um Lugar ao Sol”, personifica uma mulher de meia idade, holofote midiático sob o qual supostamente se autorizariam todo tipo de invasão da intimidade da mulher.

Oras, fiquei me perguntando, será que todas as mulheres se sentiram à vontade e ou realmente representadas pelo teor da

¹ Texto publicado originalmente no FACEBOOK – Blog Fala Sério!, disponível no link: <https://www.facebook.com/marcelo.pessoa.9480/posts/10209655354456614>. Neste periódico, se insere como “Produção Textual Livre”, no LATTES, na lacuna “Outras Produções Bibliográficas” e assim, portanto, sem a pretensão de produzir Ciência, stricto sensu.

²Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 01/2021 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

reportagem? Será que este tema da intimidade feminina não encontraria outros fóruns mais apropriados para o adequado debate e reflexão – tais quais seriam os grupos femininos, os clubes de serviço e ONGs, redes de contatos particulares dos próprios interessados no assunto, ambientes de aconselhamento terapêutico, a família e, especialmente, a conversa a dois e entre quatro paredes ou, como pode ser o caso concreto, ainda que consigo mesma?

Vejam, eu fiquei com estas indagações na mente, não por que eu seja Conservador ou que cultive algum viés retrógrado em relação à quebra de tabus, preconceitos e congêneres. O que me causou estranhamento, foi o fato de que, se para quaisquer das perguntas que menciono aqui, a resposta for “sim”, daí, então, teríamos que lidar com esta exposição excessiva como sendo, de fato, o eixo do problema que aqui discuto. Do contrário, não haverá razão alguma que alimente meu discurso, tornando desnecessário, também, este texto.

Certos aspectos da sexualidade feminina, masculina, LGBTQIA+, acredito, dizem respeito ao que é particular, íntimo, restrito a cada um e, no máximo, ao seu parceiro (a), ainda que esta parceria se dê no ludismo da própria imaginação.

Logo, tornar o que é particular e íntimo em algo público e escancarado não me pareceu exatamente “educado” ou “respeitador” para com as mulheres, para com ninguém, confesso. Mas, reforço, isso é só uma impressão minha.

E, além disso, o que ficou bem evidente para mim, é que a GLOBO, durante a matéria supra, estaria muito mais preocupada em requestrar a audiência da novela citada, do que, de fato, interessada em alimentar com ingredientes sérios um “debate” sobre a intimidade do ser humano, a qual, aliás, é protegida, no Brasil, pela Constituição de 1988, Artigo 5º, Inciso X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e

a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Prezados, a masturbação feminina ou de quem quer que seja, é de tanto interesse público quanto possam ser a constipação intestinal, a congestão nasal, a cólica renal, o mau hálito etc. Ou seja, nenhum.

Nada, portanto, justifica a violação da intimidade, o que, além de conduta grosseira, de péssimo gosto, é inconstitucional e deveria ser objeto de profunda indignação a ser manifesta pelo STF e, sobretudo, pelas mulheres e por todos os organismos que se propõem a defende-las quando seus direitos e integridade são violados ou ameaçados.

FALA SÉRIO! – NON OMNE QUOD NITET AURUM EST – 06-12-2021¹

English Title: NOT EVERYTHING THAT SHINES IS GOLD

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p92-94](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v12a72021p92-94)

PESSOA, Marcelo²

Traduzindo o título acima, deste que talvez já seja, caro leitor, nosso último FALA SÉRIO! em 2021: “Nem Tudo que Reluz é Ouro”.

Quando traduzida, vemos que a frase é autoexplicativa e, neste sentido, eu nem deveria escrever este texto.

Contudo, revelo, nesta minha insistência em preencher meu tempo tomando o de vocês, que o que me trouxe esta antiga frase à mente, foi a leitura de uma matéria sobre o fluxo atual da economia brasileira, denominada “Bitfy permite transação de criptos via app e compras em lojas parceiras”, veiculada pelo site MONEYLab, em 23/11/2021 (e replicada pelo [INFOMONEY](https://www.infomoney.com.br/.../bitfy-permite-transacao.../), em 06/12/2021 – <https://www.infomoney.com.br/.../bitfy-permite-transacao.../>).

Para encurtar o trajeto desta reflexão, lembro que no texto acima indicado, do MONEYLab, entendi haver semelhança entre o informe econômico e a máxima latina traduzida.

Tal símile acontece, uma vez que na notícia se diz, basicamente, que empresas que não existem no mundo físico (como o IFood), se propõem a vender, como se fosse comida, produtos que normalmente simplesmente imitam o cheiro, o sabor ou apenas se parecem com

¹ Texto publicado originalmente no FACEBOOK – Blog Fala Sério!, disponível no link: <https://www.facebook.com/marcelo.pessoa.9480/posts/10209619772087077>. Neste periódico, se insere como “Produção Textual Livre”, no LATTES, na lacuna “Outras Produções Bibliográficas” e assim, portanto, sem a pretensão de produzir Ciência, stricto sensu.

²Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 01/2021 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG. Publicação feita em 30/12/2021.

comida, autorizando, inclusive, que paguemos pelos serviços, com dinheiro que não é dinheiro.

Isso não só confunde os parâmetros de realidade, como se parece muito com o enredo do interessantíssimo filme, chamado de “Capitão Fantástico”. Tentei publicar aqui ao menos um, dos inúmeros links que encontramos no Google, para o filme, mas fui barrado – “cancelado” – pelas “políticas de comunidade do FACEBOOK (por isso, deixo um link da WIKI, com dados sobre o filme: https://pt.wikipedia.org/wiki/Capit%C3%A3o_Fant%C3%A1stico).

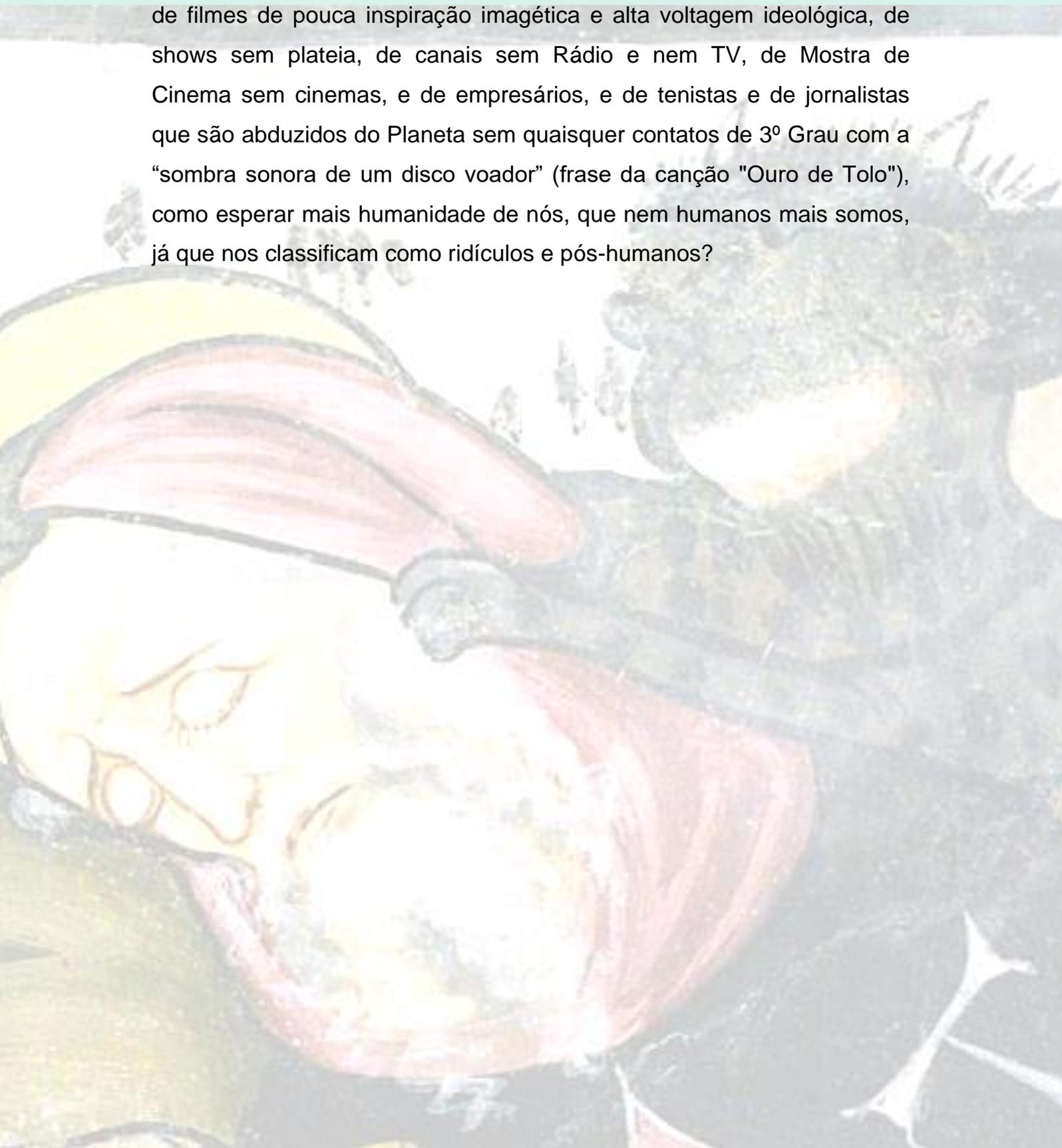
E notem, que o link de acesso à íntegra do filme, nos remeteria a um canal do YOUTUBE, plataforma-repositório digital que “tem canais” de rádio e de televisão, mas não é TV e nem Rádio. E, além disso, o link em particular que foi “barrado”, é de propriedade de uma pessoa física que não é uma empresa autorizada para a distribuição de filmes, e também não se trata de alguém que seja o dono dos direitos autorais do filme, porém, mesmo assim, o YOUTUBE permite que ele fique ativo na rede, “exibindo” este e outros filmes.

Além disso, a ideia de se tomar o falso pelo verdadeiro, mensagem embutida na frase latina, já foi vista nas Fábulas de Esopo, e também foi alvo de peça de Shakespeare (O Mercador de Veneza) e tema de música brasileira. Raul Seixas escreveu uma curiosa canção, denominada “Ouro de Tolo” (inscrita no não menos curioso e genial disco, intitulado Krig-ha, Bandolo!, de 1973 – <https://www.youtube.com/watch?v=Kc9001VVGyU>).

Na letra da crônica-canção de Raul posta em destaque, faz-se alusão a um enorme volume de elementos simbólicos sobre nossa cultura, sociedade e comportamento, contudo, o objeto físico mais reconhecível como a imitação de ouro, é provável seja o Dissulfeto de Ferro (a Pirita), conhecida pela alcunha de “Ouro de Tolos”.

Em tempos de Fake News, de Capitães sem patente, de dinheiros que não existem, de comidas que não alimentam, de artistas que não

fazem Arte, de músicas sem Letras, sem Harmonias e até sem músicos, de filmes de pouca inspiração imagética e alta voltagem ideológica, de shows sem plateia, de canais sem Rádio e nem TV, de Mostra de Cinema sem cinemas, e de empresários, e de tenistas e de jornalistas que são abduzidos do Planeta sem quaisquer contatos de 3º Grau com a “sombra sonora de um disco voador” (frase da canção "Ouro de Tolo"), como esperar mais humanidade de nós, que nem humanos mais somos, já que nos classificam como ridículos e pós-humanos?



A SEGURANÇA PÚBLICA COMO UM PROBLEMA SOCIOCULTURAL

English Title: PUBLIC SAFETY AS A SOCIO-CULTURAL PROBLEM

doi [10.33726/akdexpanedsummary2447-7656v12a72021pR01-04](https://doi.org/10.33726/akdexpanedsummary2447-7656v12a72021pR01-04)

VIEIRA, Álvaro de Souza¹

PESSOA, Marcelo² –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

INTRODUÇÃO AO TEMA

O presente estudo se enquadra no âmbito da Segurança Pública Urbana, na medida em que as ações de policiamento ostensivo e preventivo – motorizado, a pé ou intracárcere – tendem a melhor preencher as necessidades sociais previstas pela demanda do serviço de proteção e prevenção ao crime prestado pelo Estado.

JUSTIFICATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Justifica a realização de um estudo como o nosso, o fato de que, em tempos de Pandemia de COVID-19, com o quase compulsório impedimento do cidadão de *ir* e *vir* por instrumento legal, se verificou elevação robusta quanto aos índices de desentendimentos familiares, lesões corporais leves, subversões à ordem e disciplina e outras condutas ilícitas de maior monta.

MÉTODOS, PROCEDIMENTOS E MATERIAIS

A coleta de dados se deu, por meio de uma varredura em noticiários postados em repositórios digitais de notícias e outras informações disponíveis em bancos de dados abertos, especialmente aquelas instaladas em territórios de elevada densidade demográfica. Neste sentido, o principal substrato

¹ Graduado em Desenho Industrial, com habilitação em Programação Visual – Design Gráfico, pela Universidade de Franca (UNIFRAN, 2004). Pós-graduando em Inteligência, Gestão da Informação e Estratégia pelo Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa, 2021. Especialista em Inteligência Policial (FAVENI, 2020). Especialista em Gestão Pública (UEMG, 2015). Campus Frutal/MG. Aperfeiçoamento em Sociologia Política (FACERES, 2011). Policial Penal do Estado de Minas Gerais, Analista de Inteligência da AIIP/DEPEN-MG/SEJUSP, em exercício no Gaeco Regional de Uberaba/MG. E-mail: designalvaro@yahoo.com.br.

² Editor-Chefe / AKEDIA Journal. Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Orientador e Docente na UEMG – Unidade Frutal. Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes – DLLCA.

bibliográfico sobreveio de uma pesquisa exploratória, combinada com uma revisão sistemática de bibliografia jornalística relacionada ao tema.

A experiência profissional dos pesquisadores também foi levada em conta, na medida em que estes acumulam repertório quanto de atuação no segmento da Segurança Pública, o que, em certa medida, contribui para a construção de uma análise mais fidedigna dos dados coletados.

A obra *Vigiar e Punir* – nascimento da prisão (GALLIMARD: Paris, 1975), de Michel Foucault, nos serviu e ainda serve de principal aporte teórico, posto que alinha, num mesmo horizonte de reflexões, as condutas do Estado e da sociedade, expondo esta relação como fruto e fratura de um paradigma ambíguo de interdependência e rejeição recíprocas.

As principais etapas de estudo impostas na fase inicial do cronograma foram cumpridas.

RESULTADOS PARCIAIS

Como resultados principais de investigação, foi possível compreender em que medida a sociedade tende ou não a participar ativamente dos processos que envolvem o seu próprio bem estar mental, físico ou social.

Notamos, ainda, haver certa resistência desta mesma sociedade quanto à presença de aparatos do Estado, sobretudo em camadas menos privilegiadas da comunidade, uma vez que a cidadania, de um lado, se manifesta contrária às ações policiais, face a experiências pregressas pouco positivas.

De outro lado, vê-se que parte dessa mesma comunidade tende a agir, voluntária ou involuntariamente, como cúmplice passiva, mantendo ativos os contextos de alta criminalidade, condição que, aos olhos do Estado, aparenta paradoxal, mas que, sob a ótica cultural, talvez seja uma sofisticada estratégia de sobrevivência.

A divulgação primária destas impressões se deu, de um lado, ao longo do ano de 2021, por meio da confecção de pautas e da apresentação de um telejornal televisivo e via streaming, intitulado “60 Minutos”, exibido pela TV Rio Preto e suas respectivas redes sociais. E, por outro lado, pela confecção de Projetos de Pesquisa em nível *stricto sensu* e de produção e de divulgação científica, tais como esta.

PALAVRAS-CHAVE: 60 Minutos, TV Rio Preto, Segurança Pública, Produção e Difusão do Conhecimento

INTRODUCTION TO THE TOPIC

The present study falls within the scope of Urban Public Security, to the extent that ostensive and preventive policing actions - motorized, on foot or in prison - tend to better meet the social needs provided for by the demand for the crime prevention and protection service provided. by the State.

REASONS FOR CONDUCTING THE STUDY

A study like ours justifies the fact that, in times of the COVID-19 Pandemic, with the almost compulsory impediment of the citizen to come and go by legal instrument, there was a robust increase in the rates of family disagreements, minor bodily injuries, subversions to order and discipline, and other major unlawful conduct.

METHODS, PROCEDURES AND MATERIALS

Data collection took place through a scan of newscasts posted in digital news repositories and other information available in open databases, especially those located in highly populated territories. In this sense, the main bibliographic substrate came from an exploratory research, combined with a systematic review of journalistic bibliography related to the topic.

The professional experience of the researchers was also taken into account, as they accumulate repertoire and work in the Public Security segment, which, to a certain extent, contributes to the construction of a more reliable analysis of the collected data.

The work Watch and Punish – birth of prison (GALLIMARD: Paris, 1975), by Michel Foucault, served us and still serves as the main theoretical contribution, since it aligns, in the same horizon of reflections, the conduct of the State and society, exposing this relationship as the result and fracture of an ambiguous paradigm of mutual interdependence and rejection.

The main study steps imposed in the initial phase of the schedule were fulfilled.

PARCIAL RESULTS

As main research results, it was possible to understand to what extent society tends or not to actively participate in the processes that involve its own mental, physical or social well-being.

We also note that there is a certain resistance from this same society regarding the presence of State apparatus, especially in less privileged layers of the community, since citizenship, on the one hand, manifests itself against police actions, in the face of less positive past experiences.

On the other hand, it is seen that part of this same community tends to act, voluntarily or involuntarily, as a passive accomplice, keeping active contexts of high crime, a condition that, in the eyes of the State, appears paradoxical, but which, from a cultural perspective, maybe it's a sophisticated survival strategy.

The primary dissemination of these impressions took place, on the one hand, throughout 2021, through the preparation of guidelines and the presentation of a television newscast and via streaming, entitled "60 Minutes", shown by TV Rio Preto and its respective social networks. And, on the other hand, for the preparation of Research Projects at a stricto sensu level and scientific production like this one.

KEYWORDS: 60 Minutes, TV Rio Preto, Public Security, Production and Dissemination of Knowledge